



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
CEP: 88.040-900 - Florianópolis - SC
Telefones: (48) 3721-4563
E-mail: coord_biblio@cin.ufsc.br



DEBORAH RAMIREZ

ACESSIBILIDADE FÍSICA EM BIBLIOTECAS JURÍDICAS DE FLORIANÓPOLIS - SC

**Florianópolis
2013**

DEBORAH RAMIREZ

**ACESSIBILIDADE FÍSICA EM BIBLIOTECAS JURÍDICAS DE
FLORIANÓPOLIS - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Orientação: Professora Doutora Magda Teixeira Chagas.

Florianópolis
2013

DEBORAH RAMIREZ

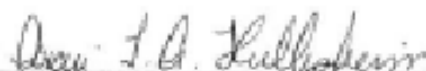
Acessibilidade física em bibliotecas jurídicas de Florianópolis - SC

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Biblioteconomia, do Centro de
Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia, aprovado com nota
9,5

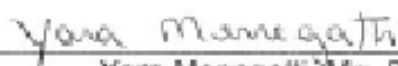
Florianópolis, 2 de dezembro de 2013.



Magda Teixeira Chagas, Prof^a. Dr^a. CINUFSC
Professora Orientadora



Araci Isaltina de Andrade Hillesheim, Prof^a. M^e. CINUFSC
Membro da Banca Examinadora



Yara Menegatti, M^e. BC/UFSC
Membro da Banca Examinadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R165a Ramirez, Deborah
Acessibilidade física em bibliotecas jurídicas de
Florianópolis – SC / Deborah Ramirez ; orientadora, Magda Teixeira
Chagas – Florianópolis, SC, 2013.
81 f. : il. ; 30 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.
Graduação em Biblioteconomia, 2013.

Inclui referências

1. Acessibilidade. 2. Pessoas com mobilidade reduzida. 3. Pessoas com deficiência. 4. Bibliotecas Jurídicas. I. Chagas, Magda Teixeira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Biblioteconomia Título.

CDU: 022.1 (816.4)

Esta obra é licenciada por uma licença Creative Commons de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

Dedicado a todas as pessoas que de alguma forma possam se beneficiar, fazendo uso das informações aqui compartilhadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais Elisabete Rodrigues e João Ramirez (in memoriam), por me mostrarem que o estudo e a busca pelo conhecimento tornam-nos melhores, engrandece-nos. Pela minha índole e o respeito que me ensinaram a ter pelos seres vivos, ao ambiente e ao próximo. Principalmente a minha mãe pelo incentivo nessa nova jornada que trilhei durante os quatro anos de curso.

Ao meu namorado e amigo, Andre Luiz Costa, por todo amor a mim dedicado; e seus pais, Norberto Costa Filho e Maria Eva Costa, que nestes quatro anos foram uma extensão da minha família, e cuidaram de mim como de uma filha.

Aos professores que tive ao longo do curso, que me ajudaram a percorrer o caminho e me fizeram chegar até aqui.

A minhas amigas e companheiras de muitos trabalhos, Helena Schimidt Burg, pela amizade, e principalmente pela perspicácia e inteligência com as quais sempre me instigava a enxergar as coisas de forma crítica; e Daniela Stubert, pela seriedade, inteligência e seu jeito “desligado”, que me proporcionou momentos de descontração e muitas risadas.

A Cida Sell, bibliotecária, que me deu a oportunidade de compartilhar de seus conhecimentos e me estimulou a seguir nesse caminho que é a carreira de bibliotecária.

A minha orientadora Magda Teixeira Chagas pela orientação e encorajamento para que este trabalho fosse finalizado.

Aos membros da banca que aceitaram gentilmente participar e colaborar com a avaliação e aperfeiçoamento do trabalho, principalmente a Yara Menegatti, cuja dissertação de mestrado, *Serviços de informação acessíveis para deficientes visuais em bibliotecas de instituições de ensino superior no município de Florianópolis*, serviu de inspiração para esta monografia.

E finalmente a todos que de alguma forma colaboraram para esta pesquisa.

Muito obrigada!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidade; lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin

RAMIREZ, Deborah. **Acessibilidade física em bibliotecas jurídicas de Florianópolis SC**. 2013. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RESUMO

No presente trabalho, apresenta-se o Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina (GIDJ/SC). Caracterizam-se as bibliotecas do GIDJ/SC como bibliotecas especializadas em informação jurídica. Questiona-se sobre as condições das bibliotecas e as instituições nas quais estão inseridas, para o atendimento de pessoas com mobilidade reduzida, as barreiras que dificultam o atendimento e as adaptações das bibliotecas para atender todo tipo de público inclusive pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Mostra-se um pouco da história das pessoas com deficiência. Retrata-se deficiência, mobilidade reduzida, acessibilidade, desenho universal e bibliotecas especializadas. Expõem-se normas e legislação relacionadas. Exibe-se a entrevista e a observação como metodologia para coleta de dados. Comparam-se leis e normas para receber pessoas com mobilidade reduzida, com a realidade encontrada nas instituições e suas bibliotecas. Conclui-se que as barreiras encontradas são muitas, e que com as adaptações já realizadas nas bibliotecas, estas podem receber pessoas com mobilidade reduzida, mas não com a autonomia que essas pessoas merecem e precisam.

Palavras-chave: Acessibilidade. Pessoas com deficiência. Pessoas com mobilidade reduzida. Bibliotecas Jurídicas. Bibliotecas especializadas.

RAMIREZ, Deborah. **Physical accessibility in law libraries in Florianopolis - SC.** 2013. 81 s. Final year project. (Library Science undergraduate) - Education Sciences Center, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ABSTRACT

In this work the Group of Juridical Information and Documentation of Santa Catarina (GIDJ/SC) is presented. The libraries from the DIDJ-SC are characterized as specialized in juridical information. The condition of the libraries and the institutions in which they are inserted is questioned in regard to the treatment of people with reduced mobility, the barriers that make the treatment difficult and the adaptations of libraries to treat every kind of public, including people with disabilities or with reduced mobility. This work shows some aspects of the history of people with disability. It also portrays disability, reduced mobility, accessibility, universal design and specialized libraries. Norms and legislation related to the subject are exposed. The interview and the observation are the methodology of data collection chosen. The laws and norms that regulate the treatment of people with reduced mobility are compared with the reality at the institutions and their libraries. It concludes that the barriers found are many, and that with the adaptations that have already been done at the libraries, they can welcome people with reduced mobility, but they don't get the autonomy they deserve and need.

Keywords: Accessibility. People with disabilities. People with reduced mobility. Juridical libraries. Specialized libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Distância mínima recomendadas entre estantes na biblioteca.....	41
Figura 2 – Balcão de atendimento não segue a recomendação da NBR 9050, ocasionando dificuldades no atendimento de pessoas de baixa estatura e cadeirantes.....	41
Figura 3 – Símbolo internacional de acessibilidade.....	44
Figura 4 – Área de manobra.....	54
Figura 5 – Altura das prateleiras na estante.....	55
Figura 6 – Símbolos internacionais de sanitários.....	56
Figura 7 – Área de transferência para bacia sanitária.....	58

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mapeamento das bibliotecas do GIDJ/SC.....	32
Gráfico 2 – Acesso público pela comunidade.....	35
Gráfico 3 – Sobre o preparo da equipe em atender todo tipo de público.....	37
Gráfico 4 – Participação em cursos ou palestras sobre acessibilidade e inclusão.....	38
Gráfico 5 – Existência de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na instituição.....	39
Gráfico 6 – Vagas de estacionamento externo.....	42
Gráfico 7 – Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.....	43
Gráfico 8 – Características das vagas para pessoas com deficiência.....	44
Gráfico 9 – Áreas externas de acesso ao edifício.....	45
Gráfico 10 – Rampas de acesso entre a área de circulação e a porta de entrada.....	46
Gráfico 11 – Circulação interna.....	48
Gráfico 12 – Circulação vertical - Elevadores.....	50
Gráfico 13 – Portas da biblioteca.....	51
Gráfico 14 – Área de circulação da biblioteca.....	52
Gráfico 15 – Acessibilidade do mobiliário – balcão de atendimento.....	53
Gráfico 16 – Acessibilidade do mobiliário – mesas para estudo.....	54
Gráfico 17 – Acessibilidade do mobiliário – distância mínima exigida entre as estantes.....	55
Gráfico 18 – Acessibilidade do mobiliário – possibilidade de manobra entre as estantes.....	55
Gráfico 19 – Sanitários acessíveis.....	56
Gráfico 20 – Sanitários acessíveis – sinalização e barras de apoio.....	57
Gráfico 21 – Sanitários acessíveis – presença da área de aproximação das bacias sanitárias.....	59
Gráfico 22 – Sanitários acessíveis – acessórios para sanitário.....	59

QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das bibliotecas.....	34
Quadro 2 – Atendimento de todo tipo de público.....	35
Quadro 3 – Planejamento do espaço físico da biblioteca e formação do acervo.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de normas Técnicas

ACB - Associação Catarinense de Bibliotecários

CBDJ - Comissão Brasileira de Documentação Jurídica

CID - Classificação Internacional de Doenças

FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

GBIDJ-SC - Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina

GIDJ/SC - Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NBR - Norma Regulamentadora Brasileira

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA	15
2.2 DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA	18
2.2.1 LEGISLAÇÃO	20
2.3 ACESSIBILIDADE E O DESENHO UNIVERSAL.....	25
2.4 BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS	27
2.4.1 BIBLIOTECAS JURÍDICAS	28
3 METODOLOGIA	29
3.1 UNIVERSO DA PESQUISA.....	29
3.1.1 GRUPO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA DE SANTA CATARINA (GIDJ/SC).....	29
3.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	31
4 RESULTADOS.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	67
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	69

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas têm o papel de disponibilizar informação de forma que o usuário tenha acesso rápido e eficiente a elas, e que as suas necessidades informacionais sejam atendidas.

Segundo Souza (2005), as bibliotecas antecederam os livros e os manuscritos, e a preservação dos registros é sua maior contribuição. O seu aparecimento se justifica pela existência de suportes de informação como a argila, o papiro, o pergaminho e o papel, assim como pelo anseio do homem em preservar o conhecimento e pela invenção da escrita.

Com o crescimento editorial ocorrido no século XVI e as novas descobertas em todas as áreas do conhecimento, como aponta Milanesi (2002), tornou-se necessária a especialização das bibliotecas, já que não possuíam recursos para adquirir e nem espaço para guardar o grande número de publicações.

Segundo Milanesi (2002, p.30):

O conhecimento é fracionado em partes cada vez menores, permitindo aos acervos e aos serviços atenderem à demanda especializada. A ideia do universal passa a ser substituída pelo particular. Quanto mais uma biblioteca reduz o campo temático, mais exequível se torna o desejo de ser completa.

As bibliotecas especializadas como se conhece hoje, como aborda Figueiredo (1979), surgiram no início do século XX em decorrência do crescimento das áreas de ciências e tecnologias. Ainda segundo a autora (1979, p. 10), elas se diferenciam das demais, pelo fato de que suas atividades devem estar de acordo com “a área de conhecimento abrangido pela empresa a qual ela serve.”

Em se tratando das bibliotecas especializadas, para Miranda (2007, p. 88):

Seus objetivos procedem dos objetivos das organizações as quais pertencem; seus usuários geralmente são funcionários, pesquisadores, técnicos, cientistas etc, com o mesmo intuito, instituindo uma clientela especializada e limitada.

A biblioteca jurídica é um tipo de biblioteca especializada em informações que atendem demandas na área dos poderes legislativo, executivo e judiciário, e Ministério Público, prestando serviços a um público diferenciado e que já domina o conhecimento das ciências jurídicas. O acervo dessas bibliotecas é voltado às

atividades profissionais de advogados, legisladores, juízes, desembargadores, promotores, procuradores e também estudantes de direito e qualquer pessoa que necessite de informações na área.

Seu ambiente é normalmente ligado a uma instituição, ambiente esse que deve ser preparado para a diversidade, que seja inclusivo e que possibilite o acesso a todos os que delas necessitem. Um ambiente acessível é aquele no qual todo usuário pode utilizá-lo com comodidade e segurança, baseado no conceito do Design Universal que beneficia pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, como os cadeirantes e idosos.

Por meio desta pesquisa pretende-se verificar as condições das bibliotecas que compõem o Grupo de Informação e Documentação Jurídicas de Santa Catarina – GIDJ/SC com relação à acessibilidade por pessoas com mobilidade reduzida. Como objetivo geral determinou-se: Investigar se as bibliotecas que compõem o Grupo de Informação e Documentação Jurídicas de Santa Catarina – GIDJ/SC cumprem a legislação referente à acessibilidade física, mediante as condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Como objetivos específicos definiu-se:

a) Identificar barreiras no acesso às bibliotecas do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas de Santa Catarina – GIDJ/SC;

b) conhecer as adaptações de cada biblioteca do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas de Santa Catarina – GIDJ/SC para o atendimento de pessoas com mobilidade reduzida.

Esta pesquisa justifica-se pela ausência de trabalhos sobre acessibilidade em bibliotecas especializadas principalmente nas bibliotecas jurídicas. Nesse sentido, pretende-se demonstrar que é preciso uma compreensão maior sobre a responsabilidade que o poder público e os profissionais têm em relação à inclusão das pessoas com deficiência em todos os ambientes.

O presente trabalho está apresentado em seis capítulos. No capítulo 1, encontra-se a introdução que aborda a apresentação do tema de pesquisa e também o problema, objetivos e a justificativa no sentido do estudo a ser realizado.

No capítulo 2, é apresentado o referencial teórico, no qual se contextualiza as pessoas com deficiência, aborda-se sobre acessibilidade e o desenho universal e descreve-se a biblioteca especializada.

No capítulo 3, apresenta-se a metodologia, identificando o universo de pesquisa, versando sobre os procedimentos utilizados nas etapas desenvolvidas e sobre os instrumentos de coleta de dados do estudo e a maneira de como foram organizados.

No capítulo 4 é apresentada a análise de dados, estando os dados expostos em quadros, seguidos de discussões e análises.

No capítulo 5 encontra-se as considerações finais e as recomendações para futuras pesquisas.

Enfim, são apresentadas as referências utilizadas nesta pesquisa, assim como o anexo. No anexo estão o roteiro de entrevista e o instrumento para coleta de dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são abordados os assuntos que servem como base para o estudo como um todo. Assim sendo, aborda-se sobre as pessoas com deficiência na história do mundo e sobre deficiência e mobilidade reduzida com intuito de contextualizar esse grupo de pessoas; apresenta-se acessibilidade e o desenho universal, e por fim versa-se sobre as bibliotecas especializadas.

2.1 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA

Desde o início dos estudos em alusão ao tema deficiência, muitas são as terminologias para indicar esse grupo de pessoas. São historicamente utilizadas as expressões: inválidos, incapacitados, excepcionais, deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas com necessidades especiais, pessoas especiais entre outros. A deficiência é uma condição e “a condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência”. (QUEIROZ, 2009).

O termo “pessoa com deficiência” foi aprovado após debate mundial e é usado no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim sendo, “pessoas com deficiência” é a forma como essas pessoas querem ser chamadas, e não pessoas portadoras de deficiências ou pessoas portadoras de necessidades especiais. (SASSAKI, 2005).

Na história, é possível encontrar muitas passagens sobre as pessoas com deficiência. Não tem como precisar como era a vida delas nos primeiros milênios da vida na Terra, pode-se sim, imaginar e levar em conta os fatores existentes na pré-história da humanidade, e conjeturar o que significava sobreviver com limitações. (SILVA, 1986, p. 28). Ainda para Silva (1986, p. 29-30), os seguintes males sempre foram e sempre serão muito sérios para a sobrevivência do homem, ou para sua integração ao seu grupo principal como elemento participante:

- Amputações em vários níveis e membros
- Artrites em suas várias caracterizações
- Cegueira ou limitações de visão
- Defeitos de nascimento ou malformações
- Surdez ou reduções graves de audição

- Afasia ou problemas de comunicação oral
- Desordens sanguíneas graves
- Problemas cerebrais
- Câncer nas muitas de suas caracterizações
- Queimaduras em vários graus e localizações
- Desordens cardíacas de gravidades diversas
- Paralisia cerebral de intensidades diversas
- Fibrose cística
- Problemas de abuso de medicamentos ou de álcool
- Epilepsia
- Diabete
- Problemas renais
- Doenças mentais das mais variadas intensidades
- Deficiências mentais nos variados graus
- Esclerose múltipla
- Distrofia muscular
- Gota em suas manifestações mais graves
- Desordens neurológicas diversas
- Fraturas e problemas ortopédicos os mais variados
- Problemas respiratórios e/ou pulmonares
- Paralisias (paraplegia, tetraplegia, hemiplegia)
- Doenças venéreas
- Fissuras lábio-palatais
- Hemofilia
- Síndromes incapacitantes diversas
- Hanseníase
- Paralisia infantil
- Incapacidades múltiplas
- Doenças crônicas
- Doenças dermatológicas transmissíveis
- Idade avançada.

Há oito mil anos, no Neolítico o homem primitivo teve maior domínio do ambiente que o cercava. Por meio da agricultura e domesticação de animais, teve condições de se estabelecer na terra, o que tornou a vida menos perigosa e com menores riscos. Na arte dos povos primitivos, em vasos ou urnas podem ser encontrados decorações e desenhos de homens com inconfundíveis sinais de deformidades de caráter perene, o que demonstra desde aquela época a presença de pessoas com deficiência, sejam elas com deformidades de nascença ou por traumatismos ocasionados já na vida adulta. (SILVA, 1986).

No Egito, as deficiências eram consideradas como castigo dos deuses, e as pessoas com deficiência deviam sofrer por ter tal castigo até sua morte, viver com a deficiência era a pena a ser paga. Faraós, sacerdotes e guerreiros tinham tratamento diferenciado, os pobres eram ridicularizados e serviam como cobaias para cirurgias experimentais. (GUGEL, 2011).

Na Bíblia, são muitas as passagens que tratam de pessoas com deficiência. As principais causas das limitações por elas sofridas eram associadas ao pecado e ao castigo divino. E, para os antigos hebreus as deficiências eram consideradas

como impurezas, sendo a discriminação contra pessoas com deficiência praticada de forma aberta e publicada em suas leis. As pessoas com deficiência ficavam nas praças esmolando para sobreviver, isoladas do restante da sociedade. (SILVA, 1986; GUGEL, 2011).

Na história da Grécia, há várias referências de casos de assistencialismo para pessoas com deficiência e suas famílias, como por exemplo, soldados feridos em guerra tinham sustento provido pelo Estado. Benefício esse que foi ampliado mais tarde para todas as pessoas com deficiência ou com incapacidade para o trabalho. Em Roma, o culto a perfeição do corpo levava à eliminação por afogamento das crianças que nascessem com deficiência, sendo a deficiência considerada como uma monstruosidade. (SILVA, 1986; GUGEL, 2011).

Na Idade Média, crianças com deficiência tinham pouca ou nenhuma chance de sobreviver. Quando não morriam, cresciam separadas das outras, eram desprezadas ou serviam de zombaria. O povo acreditava que “um corpo deformado somente poderia abrigar uma mente também deformada”. (SILVA, 1986, p. 218). Os métodos mais comuns eram “o isolamento e o asilamento [...], as pessoas com deficiência eram apartadas do convívio social, ou reunidas em instituições com caráter de tratamento ou acolhimento institucional”. (CAMBIAGHI, 2012, p.24).

A concepção de valorização humana sofreu uma mudança com o movimento do Humanismo, dando início a tratamento diferenciado às pessoas com deficiência, e nos séculos seguintes a responsabilidade com os serviços de saúde para a população passou a ser de ordem pública. Porém, os hospitais gerais criados no século XVII, mais pareciam asilo para a exclusão das pessoas com deficiência. (GUGEL, 2011).

Somente no século XIX, depois da Revolução Industrial, é que a sociedade começou a repensar sobre os direitos das minorias marginalizadas. Neste sentido, Silva (1986, p. 262) ressalta que:

Ao se dar maior volume de atenção, por exemplo, aos cegos, aos velhos, aos surdos, aos mutilados de guerra, aos doentes crônicos e aos deficientes de um modo mais amplo, chegou-se a pensar que eles na verdade não precisavam tanto de hospitais de caridade ou de casas de saúde, mas de organizações separadas, o que tornaria seu cuidado e seu atendimento mais racional e menos dispendioso.

No início do século XX na Europa, existiam mais de 20 instituições em prol de pessoas com deficiência que prestavam assistência com dinheiro arrecadado em

campanhas. Por outro lado, nos Estados Unidos o auxílio às pessoas com deficiência tinha ênfase no atendimento, o que serviu de incentivo para que na Europa se organizasse um movimento mais ativo, tanto que em 1904 foi organizada em Londres a Primeira Conferência Sobre “Crianças Inválidas” e em 1909 na Alemanha com intuito de avaliar a situação, realizou-se o primeiro censo de pessoas com deficiência. (SILVA, 1986).

Nos primeiros trinta anos do século XX, nos Estados Unidos e Europa, foram criadas muitas leis em benefício de crianças com deficiência, principalmente no que se referia a cuidados médicos e educação. Em compensação, os anos trinta foram um período em que todos os benefícios conquistados foram a quase zero devido à retração econômica. Somente depois do fim da segunda guerra, em 1945, o problema dos soldados mutilados chamou novamente a atenção da sociedade para o assunto. O avanço na questão da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade teve início na década de 1970, com a publicação da Declaração dos Direitos das “Pessoas Deficientes” na Assembleia-Geral da ONU, em dezembro de 1975. (CAMBIAGHI, 2012).

E em 1976, na IX Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS), aprovou-se uma nova conceituação para a Classificação Internacional de Doenças (CID), a qual retirou as deficiências do rol de doenças, estabelecendo uma mudança de paradigma. Uma nova forma de ver a pessoa com deficiência favoreceu a criação de novas leis que aos poucos vão proporcionando transformações na sociedade como um todo. (CAMBIAGHI, 2012; AMIRALIAN, 2000).

2.2 DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

A deficiência é uma condição humana, e quase todas as pessoas terão uma deficiência em alguma fase de sua vida. Muitos que chegarem até a velhice enfrentarão dificuldades com as funções do próprio corpo e isso pode comprometer na interação com o ambiente.

A redação dada na NBR 9050 de 2004, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sobre *acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, explica a deficiência como “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de

mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 3). Já para Cambiaghi (2012, p. 28) a pessoa com deficiência

[...] é um indivíduo que têm reduzidas, limitadas ou anuladas as suas condições de mobilidade ou percepção das características do ambiente onde se encontra [...] e pode ter sua deficiência minimizada na medida em que lhe sejam oferecidos recursos para que sua relação com o espaço se dê de maneira adequada.

Na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera como deficiência, “impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

De acordo com a ONU, pelo menos 10% da população do mundo possui alguma deficiência e 80% deles vive em países em desenvolvimento. No Brasil, o censo demográfico 2010 informou que 45.606.048 de pessoas declararam ter pelo menos uma deficiência, representando 23,9% da população brasileira. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 57). Neste sentido, Lima, Lima e Villaverde (2011, p. 262) afirmam que

A identificação do elevado número de pessoas com deficiência no Brasil reafirma a importância da implementação de políticas públicas intersetoriais capazes de reduzir as barreiras sociais e ambientais. Estes limites de natureza física, arquitetônica e viária são, por sua vez, restritivos à participação destes indivíduos na sociedade.

No entanto, a luta pelo direito das pessoas com deficiência, principalmente o pleito pela acessibilidade perpassa pelo direito de outros grupos de pessoas. A expressão *pessoa com mobilidade reduzida* foi criada para definir um grupo de pessoas “com problemas de acesso e utilização dos ambientes construídos”, e nesse conjunto pode-se encontrar “pessoas com deficiência, crianças, idosos, pessoas carregando pacotes, empurrando carrinho de bebê, carrinhos de compra e aquelas que estão com alguma lesão temporária”. (CAMBIAGHI, 2012, p. 44). Pode-se ainda considerar as pessoas com nanismo, pessoas obesas e pessoas com criança no colo.

Na NBR 9050, pessoa com mobilidade reduzida é “aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 4). No decreto 5.296, de dezembro de 2004 a pessoa com mobilidade reduzida é:

[...] aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (BRASIL, 2004).

Ninguém é igual a ninguém, e principalmente, ninguém é perfeito, e apesar das diferenças e dificuldades todos têm o direito de participar e se inserir na sociedade, vivenciar seus direitos e deveres como qualquer outro. (BAPTISTA, 2006).

2.2.1 Legislação

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aprovada pela Assembléia Geral da ONU (1975) recorreu à atuação dos países como forma de garantir uma base e servir de referência para a defesa das pessoas com deficiência. E pela declaração foram proclamados:

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

2 - As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família.

3 - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

4 - As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos: o parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (*) aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes.

5 - As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação

médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.

8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

10 - As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.

11 - As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.

12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração.

(*) O parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas estabelece: *Sempre que pessoas mentalmente retardadas forem incapazes devido à gravidade de sua deficiência de exercer todos os seus direitos de um modo significativo*

ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou denegação de direitos deve conter salvaguardas legais adequadas contra qualquer forma de abuso. Este procedimento deve ser baseado em uma avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada, por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódica e ao direito de apelo a autoridades superiores. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975).

No Brasil, o direito constitucional de acessibilidade surgiu na Emenda n. 12 à Constituição de 1967, promulgada em 17 de outubro de 1978. No inciso IV, de seu artigo único, a Emenda versava: “É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: [...] IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos”. (ARAÚJO, 1997, p. 60 *apud* FEIJÓ, 2008, p. 3).

A atual Constituição Federal fundamenta-se no princípio da dignidade humana e tem como objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária,

e com redução das desigualdades. Estabelece em seu artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. No tocante à acessibilidade, pode-se encontrar no artigo 227, inciso II do 1º parágrafo que “é do Estado o dever de promover programas de assistência integral à saúde [...] dos portadores de deficiência física, [...] com o objetivo de promover-lhes: [...] integração social [...] e a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”. E no artigo 244, trata sobre “a adaptação de logradouros, edifícios públicos, veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. (BRASIL, 1988).

O Brasil é signatário da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, que foi integrada como equivalente à emenda constitucional e como norma, revogou todo e qualquer dispositivo da constituição que definia pessoa com deficiência, assim, pessoas com deficiência definida pela Convenção são:

[...] aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em iguais condições com as demais pessoas. (ARAÚJO, 2011, p. 23).

Em 2000, foram aprovadas as leis 10.048 e 10.098 que tratam sobre o direito ao atendimento prioritário e sobre acessibilidade em espaços públicos, sistema de transporte e comunicação pelas pessoas com deficiência. Leis essas que somente foram regulamentadas pelo decreto 5.296 de dezembro de 2004, que trouxe em seu texto alterações significativas com relação às deficiências.

Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1 - Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (BRASIL, 2004).

O decreto define que acessibilidade não se aplica somente dentro de casa, todas as edificações de uso público ou privado, ou de uso coletivo devem ser construídas acessíveis e as já existentes teriam o prazo de 30 meses para se adequar. Em vias públicas, são exigências do decreto, como garantia de circulação de pedestres, a instalação de rampas, nivelação da via para travessia e a instalação de piso tátil direcional e de alerta. (PRADO, 2006).

E para a consolidação da acessibilidade, trata-se ainda no decreto sobre a eliminação de barreiras por meio de programas nacionais de desenvolvimento urbano e projetos de revitalização, recuperação ou reabilitação urbana.

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL, 2004).

A Norma ABNT NBR 9050, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados no projeto de construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, considera “barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 2).

Muitas são as classificações, e por muito tempo foi usado o termo “barreira arquitetônica” para obstáculos que impedissem as pessoas de se locomoverem pelos espaços das cidades. Podem-se agrupar as barreiras pela causa dos problemas de acessibilidade em:

1. Barreiras Físicas – São elementos físicos, de qualquer natureza, produzidos ou naturais, existentes no interior de edificações públicas ou privados, nos espaços externos às edificações, mas internos aos lotes e que sejam de uso comum, nos espaços urbanos e nos meios de transportes, inclusive o respectivo mobiliário de apoio ou comodidade pública.
2. Barreiras Tecnológicas – São obstáculos gerados por evolução social de certa comunidade ou por avanços tecnológicos que não atenderam às limitações na mobilidade de algumas pessoas, limitando ou impedindo a acessibilidade aos espaços, objetos, determinados aparelhos, às comunicações, ao deslocamento, ao entendimento de certas situações.
3. Barreiras Atitudinais – São posturas da sociedade em geral que geram entraves e que sejam causadas por atitudes de funcionários, moradores, comerciantes, profissionais liberais, os próprios indivíduos prejudicados ou qualquer pessoa da sociedade, por desconhecimento, despreparo, descaso ou ignorância, e que dificultem ou impeçam o acesso, a permanência, o manuseio, o livre deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida a locais de uso comum ou qualquer outra atividade social que queiram realizar, participar, presenciar ou contemplar. (CONSTRUINDO..., 2006).

A redução das barreiras ainda é um assunto que deve ser muito debatido na sociedade, muitos são os fatores inexplicáveis que fazem com que leis não sejam cumpridas. Seja por negligência, falta de vontade política ou desconhecimento por parte da comunidade, a legislação vai sendo contornada ou deixada de lado, produzindo isolamento e comprometendo a vida em sociedade para as pessoas com deficiência e criando para elas “muralhas no exercício da cidadania”. (LIMA; LIMA; VILLAVARDE, 2011, p.263). Nesta mesma linha de pensamento, Jacinto (2008, p. 89, grifo nosso) destaca que

O preconceito e o descumprimento das leis que protegem os direitos da pessoa com deficiência dificultam ainda mais a vida dessas pessoas. [...] Assim como toda “minoría”, os deficientes ficam à margem de uma sociedade que não consegue conviver plenamente com as diferenças.

Quando a diferença não é respeitada, as dificuldades e problemas no acesso a ambientes é vivenciada por muitas pessoas e “a presença de deficiência aumenta o nível de dificuldade dessas pessoas em superarem problemas”. (JACINTO, 2008, p. 91). A ausência de acessibilidade em áreas públicas de lazer e cultura tem como efeito o confinamento dessas pessoas provocando um isolamento social. (LIMA; LIMA; VILLAVERDE, 2011).

2.3 ACESSIBILIDADE E O DESENHO UNIVERSAL

Os direitos de ir e vir são assegurados pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, seja para uma pessoa com deficiência ou sem deficiência. Ter acessibilidade não significa somente poder entrar e sair de determinados lugares; relaciona-se principalmente em ter independência de se locomover de um lugar a outro, pela cidade, em todos os espaços públicos. (CONSTRUINDO..., 2006).

Para Araujo (2011, p. 25) “a acessibilidade é um direito importante [...], sem ele a pessoa com deficiência não consegue exercer outros direitos”. Na NBR-9050, acessibilidade é descrita como “a possibilidade e condição de alcance, percepção e atendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 2).

A partir de 1981, Ano Internacional das “Pessoas Deficientes”, instituído pela ONU, são observadas muitas ações no sentido de proteção dos direitos dessas pessoas. Foi em 1985, que a Associação Brasileira de Normas Técnicas lançou a NBR 9050:85 sobre a Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente, que foi revisada posteriormente e concluída em 1994. A popularização da acessibilidade no Brasil se deu em meados dos anos 80 com o surgimento de várias leis, decretos e outros documentos técnicos garantindo às pessoas com deficiência a acessibilidade ao meio físico. Nos anos 90, algumas normas foram elaboradas, outras atualizadas ou revisadas. Com isso, novos conceitos são criados e introduzidos ao tema. Em 1991, dá-se início à revisão da NBR 9050:85, e novas normas começam a ser elaboradas. (PRADO; LOPES; ORNSTEIN, 2010)

A Política Nacional do Idoso, de 1994 e, posteriormente em 2003, o estatuto do Idoso estabelecem a diminuição de barreiras arquitetônicas e urbanas, como

garantia de acessibilidade também para esta população. E, em consequência de todo o volume de normas desenvolvidas e outras tantas em projeto sobre acessibilidade, em 2000, iniciam-se os estudos para uma nova revisão na NBR 9050. Publicada em 2004, a nova versão traz incorporada novas tecnologias, produtos e indicadores técnicos. E seu foco passa a reforçar o conceito do desenho universal (PRADO; LOPES; ORNSTEIN, 2010), que na NBR 9050 é definido como “aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 3).

São pressupostos do conceito de desenho universal:

- 1 - Equiparação nas possibilidades de uso (igualitário): o desenho universal não é elaborado para grupos específicos de pessoas [...];
- 2 - Flexibilidade no uso (adaptável): o desenho universal atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades [...];
- 3 - Uso Simples e intuitivo (de fácil entendimento): o desenho universal tem o objetivo de tornar o uso facilmente compreendido, independentemente de experiência do usuário, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração [...];
- 4 - Informação perceptível (fácil comunicação com estrangeiros, cegos, etc.): O desenho universal tem o objetivo de comunicar eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente das condições ambientais ou da capacidade sensorial deste [...];
- 5 - Tolerância ao erro (seguro): O desenho universal tem o objetivo de minimizar o risco e as consequências de ações acidentais [...];
- 6 - Mínimo esforço físico (menor fadiga): O desenho universal prevê a utilização de forma eficiente e confortável, com um mínimo de esforço [...];
- 7 - Dimensionamento de espaços para acesso e uso de todos os usuários (uso abrangente) - O desenho universal tem o objetivo de oferecer espaços e dimensões apropriados para uso, independentemente de tamanho ou da mobilidade do usuário [...]. (CAMBIAGHI, 2012, p. 76-80).

Para o usuário, o desenho universal garante interação com o ambiente sem que se tenha um tratamento discriminatório pelas suas características pessoais, reduzindo a distância entre os diversos componentes do ambiente e as aptidões das mais variadas pessoas. Para as empresas ou organizações, o desenho universal aumenta o número de usuários potenciais de seus produtos e serviços, podendo levar a um aumento da satisfação, valorizando a empresa e sua imagem, ampliando a competitividade no mercado. (CAMBIAGHI, 2012, p. 81-82).

É inegável que quem mais se beneficia quando um determinado ambiente é atendido pelos princípios do desenho universal são as pessoas com deficiência e os idosos. É bem verdade que nem todo idoso tem deficiência, mas uma grande parte deles apresenta limitações e mudança na sua capacidade de realizar algumas

tarefas conforme a idade avança. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “o grupo de idosos é, hoje, um contingente populacional expressivo em termos absolutos e de crescente importância relativa no conjunto da sociedade brasileira”. De acordo com o último censo, em 2010, eles somam 11,3% da população brasileira. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a, p. [70]).

Porém, os benefícios são para todos. O desenho universal tem como filosofia atender o maior número de pessoas e que a acessibilidade seja abrangente. Pode-se considerar a aplicação de acessibilidade como uma forma de propiciar cidadania, visto que “todas as pessoas têm o direito de participar em todos os níveis da sociedade, vivenciando deveres e direitos garantidos pela nossa constituição de maneira igual”. (BAPTISTA, 2006, p. 15).

2.4 BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS

Pode-se considerar como biblioteca especializada aquela cuja coleção está baseada em uma matéria ou área do conhecimento, “a especialização temática leva a peculiaridades na organização, a formas características de realizar os serviços, a demandas e necessidades informacionais diferenciadas” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002, p. 333, tradução nossa). Para Miranda (2007, p. 88),

As bibliotecas especializadas se originam da necessidade de órgãos governamentais, universidades (bibliotecas setoriais) ou empresas (industriais ou comerciais). Atuam como importantes agentes disseminadores dos conhecimentos necessários nos estudos e tomadas de decisões das instituições das quais fazem parte.

Os usuários de biblioteca especializada são caracterizados por Gómez Hernández (2002) como especialistas qualificados pertencentes à instituição na qual se localiza a biblioteca. Possuem necessidades informacionais complexas e são muito exigentes. É possível que precisem de respostas imediatas ou em curto prazo, normalmente para um trabalho em curso.

Em relação ao acervo das bibliotecas especializadas, podem ser considerados como parte da coleção, periódicos, monografias, documentos técnicos, normas, patentes, documentos produzidos pela instituição como informes, estudos, projetos, atas de congressos e conferências, publicações oficiais, obras de

referência especializadas, incluindo bibliografias especializadas, publicações estatísticas e também base de dados e catálogos de outras instituições. (VELLOSILLO, 1996 apud GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002, p. 335, tradução nossa).

2.4.1 Bibliotecas Jurídicas

A biblioteca jurídica é uma biblioteca especializada na área jurídica, que se diferencia pela ênfase em informação atualizada e direcionada a uma clientela distinta de determinada organização, e que busca dentro do possível antecipar-se às necessidades de informação dessa clientela. (AMARAL; SOUZA, 2008).

A biblioteca jurídica é onde se reúne, analisa e indexa para estudo, leitura, pesquisa, consulta e empréstimo aos usuários especializados, os documentos referentes à doutrina, legislação, jurisprudência e os relativos a atos oficiais, normativos ou administrativos. (SANTOS, 1981, p. 10 apud AMARAL; SOUZA, 2008, p. 173).

São as bibliotecas jurídicas as que geralmente atendem a maioria dos órgãos da administração pública, e tem como seus usuários juízes, desembargadores, procuradores, ministros e outros profissionais da área do direito, e sendo assim atuam “como principal veículo disseminador da informação jurídica”. (MIRANDA, 2004, p.139).

A acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis será estudada neste trabalho, buscando verificar aquilo que já foi feito ou que ainda está por fazer com relação a este tema. A seguir, será apresentada a metodologia utilizada para a realização deste trabalho.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo, expõe-se o desenvolvimento da pesquisa e as direções tomadas para atingir os objetivos indicados. A metodologia é a forma de aperfeiçoar os procedimentos e critérios empregados em uma pesquisa, “é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo”. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 37).

Esta pesquisa é de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Uma pesquisa exploratória tem por objetivo aprender mais sobre um determinado assunto do qual se conhece pouco, “familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias”. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 63).

O conhecimento se processa quando nos relacionamos de forma direta ou indireta com fatos, fenômenos ou com objetos. O conhecimento científico representa a Ciência e pode ser explicado como um aglomerado de conhecimentos organizados sobre um determinado assunto, adquiridos por meio de observação, a experiência dos acontecimentos e um método adequado. (SCHINITMAN, 2011).

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA

São poucos os estudos relativos a bibliotecas da área jurídica, encontrados na literatura científica. Levando em consideração este fato, buscou-se, neste estudo, conhecer um pouco mais sobre essas bibliotecas, que apresentam características bastante específicas. Por este motivo, determinou-se como *lôcus* de pesquisa um grupo de bibliotecas especializadas em informação jurídica, a saber, o GIDJ/SC – Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina. Como sujeitos da pesquisa, foram determinados os bibliotecários ou gestores que representam cada uma das bibliotecas que compõem este grupo.

3.1.1 Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina (GIDJ/SC)

O Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina (GIDJ/SC) foi criado em 1982, como Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina (GBIDJ-SC) filiado à Comissão Brasileira de Documentação Jurídica (CBDJ), da Federação Brasileira de Associações de

Bibliotecários (FEBAB) e vinculada à Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), e mais tarde foi denominado Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina. (GRUPO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA DE SANTA CATARINA, 2006).

São objetivos do GIDJ/SC:

- a) promover o aperfeiçoamento dos profissionais da área de informação e documentação jurídica;
- b) estimular o intercâmbio de informações entre profissionais e instituições da área de informação e documentação jurídica;
- c) incentivar a uniformização dos trabalhos técnicos específicos da área de informação e documentação jurídica;
- d) promover o desenvolvimento técnico da área de documentação jurídica, por meio de estudos, pesquisas e projetos;
- e) incentivar a disseminação e propor mecanismos que facilitem o acesso à informação na área jurídica;
- f) divulgar notícias de interesse da área de informação e documentação jurídica. (GRUPO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA DE SANTA CATARINA, 2006).

Podem ser membros do GIDJ/SC bibliotecários, técnicos em biblioteconomia, estudantes de biblioteconomia e outros profissionais e instituições que de alguma forma atuem na área de informação e documentação jurídica, que sejam associados da ACB e que estejam em situação regular com a mesma. O grupo permanece ativo e se mantém em contato por meio de contatos telefônicos ou por *e-mail*, não havendo mais as reuniões presenciais periódicas determinadas no regulamento do grupo.

As bibliotecas que compõem o GIDJ/SC são as dos seguintes órgãos relacionados no *site* do GIDJ/SC:

- A. AMC/ESMESC – Associação dos Magistrados Catarinenses e Escola Superior dos Magistrados de Santa Catarina;
- B. BRDE – Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul;
- C. Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária de Santa Catarina;
- D. CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina;
- E. OAB/SC – Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina;
- F. Procuradoria da República em Santa Catarina – Ministério Público Federal;
- G. Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina;
- H. Procuradoria-Geral de Justiça - Ministério Público de Santa Catarina;
- I. Procuradoria-Geral do Município;
- J. Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região;

- K. Secretaria de Estado da Administração - SC;
- L. Tribunal de Justiça – Poder Judiciário de Santa Catarina;
- M. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- N. Tribunal Regional do Trabalho da 12^a Região;
- O. Tribunal de Contas de Santa Catarina.

3.2 ETAPAS DA PESQUISA

Como forma de cumprir os objetivos apresentados, a pesquisa seguiu as seguintes etapas:

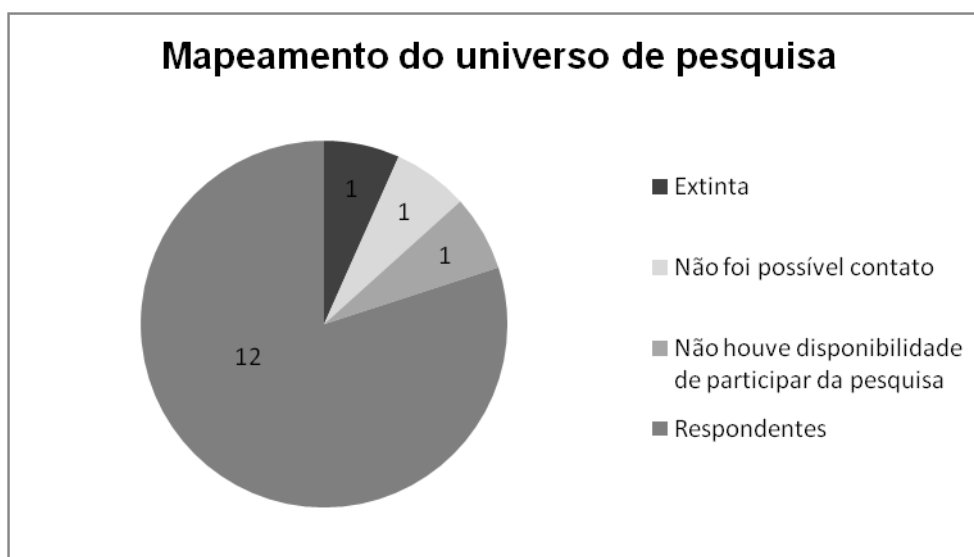
- a. levantamento de dados sobre o GIDJ/SC e as bibliotecas que formam o universo de pesquisa, para tanto, foi realizada uma pesquisa na internet, nos *sítes* do GIDJ/SC e das instituições, durante a fase do projeto, no primeiro semestre de 2013. Foram mapeadas quatorze bibliotecas ativas e a pesquisa foi aplicada em doze delas;
- b. elaboração do roteiro de entrevista e do instrumento para coleta de dados, tomando como base o Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, desenvolvido por Nicoletti (2010) e as Planilhas de vistoria do projeto piloto de implantação do Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público presentes no livro *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos* de Dischinger (2012);
- c. contato telefônico ou via *e-mail* para agendamento do encontro e realização de entrevistas com bibliotecários ou gestores das unidades pesquisadas;
- d. observação das instituições e das bibliotecas *in loco*, realizada durante a visita agendada para cada entrevista, que ocorreram no período entre agosto e outubro de 2013. Na observação, foram necessários alguns instrumentos de medida, como uma trena, uma régua de 0,30 m, uma régua de nível e um pedaço de ripa de 1 m, para tirar as medidas de portas, rampas, espaços e móveis;

- e. tabulação dos dados nas planilhas e a construção de quadros e gráficos. Os dados foram tabulados de modo a não ficarem vinculados às bibliotecas e órgãos pesquisados, visto que o objetivo do trabalho foi analisar o grupo de bibliotecas como um todo;
- f. análise e interpretação dos dados.

O levantamento realizado na etapa “a” serviu para identificação e caracterização das bibliotecas que compõem o GIDJ/SC. Na etapa “b”, a elaboração do instrumento de coleta almejou atingir os objetivos por meio de um formulário com questões fechadas que se prestam como roteiro para o pesquisador na observação e anotação das condições de acessibilidade nas bibliotecas pesquisadas. Para tanto, foram feitas adaptações reduzindo o número de critérios presentes nos dois documentos que lhe serviram de base. Procurou-se, por intermédio do roteiro de entrevista, abranger dados que não seriam possíveis de ser levantados por intermédio da observação.

Na etapa “c”, as tentativas e êxitos nos contatos auxiliaram no mapeamento do universo de pesquisa, que pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Mapeamento das bibliotecas do GIDJ/SC.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

A partir do mapeamento, foram identificados os seguintes dados: uma das bibliotecas foi extinta, outra não foi possível contato telefônico ou via *e-mail* e uma terceira não se disponibilizou a participar da pesquisa. Portanto, foi possível focar a pesquisa em 12 bibliotecas, nas quais foram realizadas as entrevistas com um

bibliotecário ou com um gestor de cada unidade, e também aplicar a etapa “d”, fase de observação na qual foi possível fazer as medições necessárias e anotar os dados observados, no formulário supracitado.

A entrevista, segundo Ruiz (1992), consiste em um diálogo para coletar dados, informações relevantes para a pesquisa, e igualmente possibilita “a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais”. (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 181). Por outro lado, a observação é um método que não exige tanto do pesquisador como outras técnicas, e ainda assim possibilita a clareza de dados que não estão no roteiro de entrevista e por esse fato, deve ser baseado no exame de fatos e fenômenos estudados tendo-se o cuidado de não interferir nos dados da coleta. (LAKATOS; MARCONI, 2010).

As etapas “e” e “f” possibilitaram a análise dos dados e a exposição dos resultados, permitindo assim a solução do problema de pesquisa.

4 RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa. Em uma pesquisa, a análise dos dados envolve a manipulação, organizando-os e tratando-os para que possam ser interpretados respondendo assim ao problema que a originou.

Optou-se neste trabalho por não relacionar as instituições e suas bibliotecas aos dados coletados, portanto nessa etapa as bibliotecas serão identificadas pela sigla B e a ordem segue a mesma da realização das entrevistas que ocorreram no período entre agosto e outubro de 2013. Para o melhor entendimento, os resultados serão apresentados por meio de quadros e gráficos. No Quadro 1, são expostos alguns dados que caracterizam as bibliotecas; esses dados foram coletados nas entrevistas e no levantamento de dados sobre as bibliotecas.

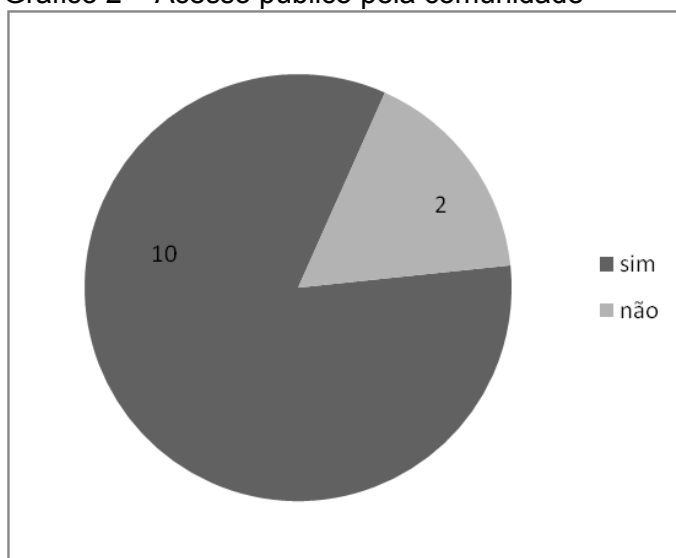
Quadro 1 – Caracterização das bibliotecas.

Bibliotecas	Aberta à comunidade	N. obras (aproximado)	Equipe da biblioteca
B1	SIM	12.000	1 bibliotecário, 1 servidor, 1 estagiário
B2	SIM	3.000	1 bibliotecário
B3	NÃO	3.000	2 bibliotecários
B4	SIM	12.000	2 bibliotecários, 1 servidor, 2 estagiários
B5	NÃO	500	1 bibliotecário, 1 estagiário, 1 bolsista do ensino médio
B6	SIM	6.000	1 bibliotecário, 1 auxiliar
B7	SIM	3.000	1 bibliotecário, 1 auxiliar, 1 estagiário
B8	SIM	15.000	1 gestor, 2 bibliotecários, 1 servidor
B9	SIM	15.000	4 bibliotecários
B10	SIM	30.000	3 bibliotecários, 6 servidores técnicos, 2 estagiários, 2 bolsistas do ensino médio
B11	SIM	13.000	1 bibliotecário, 1 estagiário
B12	SIM	10.000	1 gestor, 1 bibliotecário, 1 servidor

Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

As bibliotecas do GIDJ/SC formam um grupo muito heterogêneo, no qual encontra-se bibliotecas grandes, outras pequenas. Encontra-se também uma variedade no número de obras e também na formação da equipe, além de que nem todas são abertas à comunidade. No Gráfico 2, pode-se observar uma ilustração que representa o acesso público pela comunidade nas bibliotecas.

Gráfico 2 – Acesso público pela comunidade



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Na entrevista, foi possível identificar que duas das doze bibliotecas não são de acesso público (Gráfico 2), servindo apenas aos usuários internos. As bibliotecas especializadas têm origem na necessidade das instituições na qual estão inseridas e são importantes na produção de conhecimento para a tomada de decisão dessas instituições. (MIRANDA, 2007).

No Quadro 2, expõe-se a opinião dos entrevistados em relação ao preparo da equipe da biblioteca para atender todo tipo de público, inclusive pessoas com deficiência e compara com a participação do pessoal em cursos voltados para a área de acessibilidade e inclusão.

Quadro 2 – Preparo da equipe para o atendimento de todo tipo de público

Bibliotecas	Todos na biblioteca se sentem preparados para atender todo tipo de público? Inclusive pessoas com deficiência?	A instituição fornece ou incentiva a participação do pessoal da biblioteca em cursos ou palestras sobre acessibilidade e inclusão?	Alguém da biblioteca já fez alguma capacitação na área? (continua)
B1	Na verdade, só podemos saber quando enfrentar algum caso, o que é muito raro. Mas acho que sim.	Sim.	Sim, todos fizeram capacitação em LIBRAS disponibilizada pela instituição.

Quadro 2 – Atendimento de todo tipo de público.

Bibliotecas	Todos na biblioteca se sentem preparados para atender todo tipo de público? Inclusive pessoas com deficiência?	A instituição fornece ou incentiva a participação do pessoal da biblioteca em cursos ou palestras sobre acessibilidade e inclusão?	Alguém da biblioteca já fez alguma capacitação na área? (conclusão)
B2	Depende o tipo de deficiência. Eu não domino linguagem de sinais, não teria como me comunicar com uma pessoa surda. Mas acho que outros, sim.	Não.	Não.
B3	Sim.	Sim.	Não.
B4	Acho que sim. O atendimento independe do acervo. Todos serão atendidos igualmente.	Não.	Não.
B5	Não sei informar.	Não.	A atual estagiária fez curso de LIBRAS como disciplina optativa da grade curricular.
B6	Sim, estamos preparados.	Sim.	Sim, uma bibliotecária.
B7	Sim.	Sim.	Sim. Um curso realizado na biblioteca.
B8	Sim, o atendimento é feito pelas bibliotecárias e elas estão preparadas para atender todo tipo de público.	Desconheço.	Acho que uma bibliotecária tem.
B9	Acredito que todos se sentem preparados para atender todo tipo de público.	Não me lembro.	Não.
B10	Acredito que haveria dificuldades para atender pessoas com deficiência, principalmente pessoas surdas. Mas acho que sim.	Na área de acessibilidade, desconheço.	Não.
B11	Não necessariamente.	Não.	Não.
B12	Sim, estamos preparados para atender todo tipo de público.	Acredito que sim.	Não.

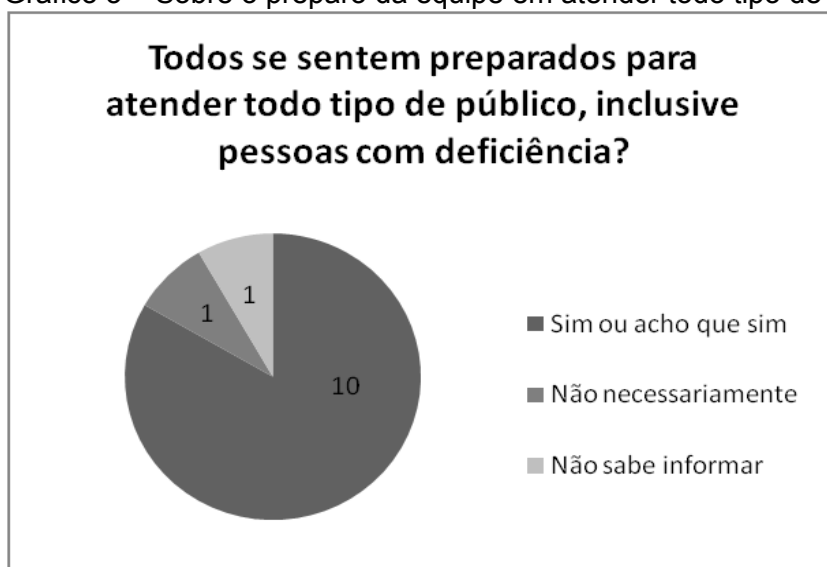
Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Dependendo do tipo de deficiência, como mostram os relatos no Quadro 2, as pessoas se sentem mais ou menos aptas ao atendimento de pessoas com

deficiência. Como por exemplo, em duas bibliotecas os entrevistados revelaram que acreditam que há dificuldades em atender pessoas surdas devido à falta de capacitação, e ainda assim demonstrou-se a predisposição a esse contato, caso ocorra.

Para uma comparação entre os dados, pode-se observar os Gráficos 3 e 4. Através dos dados presentes no Gráfico 3, percebe-se que em dez das doze bibliotecas a equipe se sente preparada para atender todo tipo de público, inclusive pessoas com deficiência, que no Brasil, segundo o IBGE, são quase 24% da população, sem contar os idosos que já são mais de 11% da população e entram nessa soma como pessoas com mobilidade reduzida e devem ter atendimento prioritário. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010; BRASIL, 2003).

Gráfico 3 – Sobre o preparo da equipe em atender todo tipo de público.

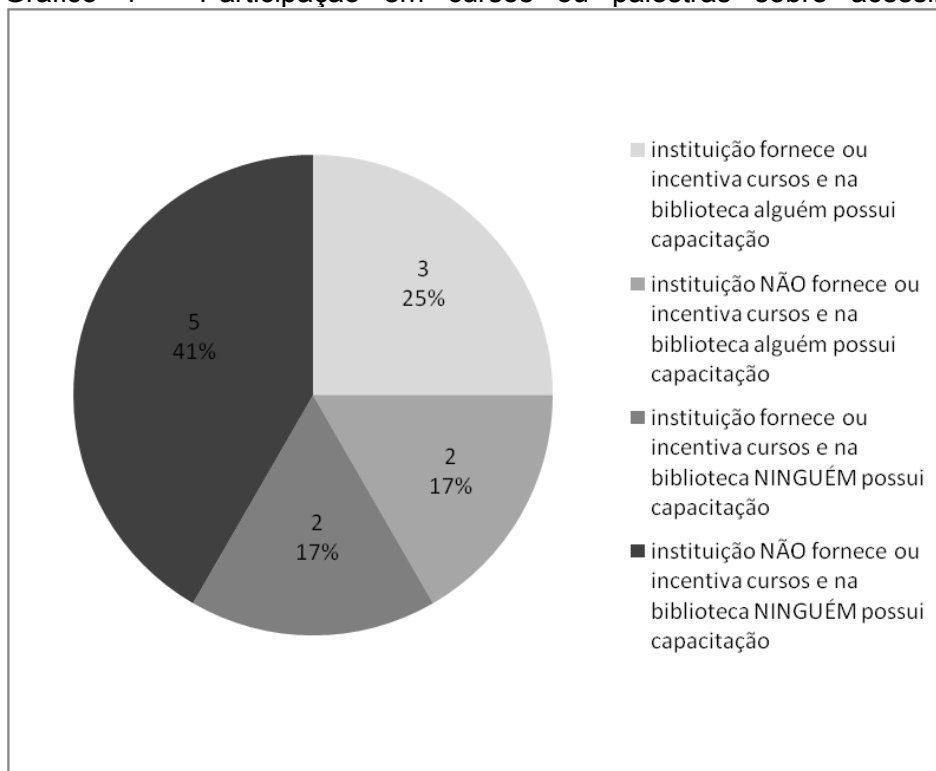


Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

No entanto, no Gráfico 4, observa-se que em sete bibliotecas, que somam 58%, as pessoas não têm capacitação na área, apesar de que em duas delas, 17%, haver incentivo por parte da instituição, e das outras cinco, 42% do universo, duas ou 17%, terem alguém da equipe que possui capacitação na área, mesmo não havendo incentivo por parte da instituição. Nas três das quais há o incentivo e as pessoas tem capacitação, todos se sentem aptos a atender todo tipo de público, porém em uma delas, há o relato de que atendimento às pessoas com deficiência é raro (Quadro 2). E, nas duas em que apesar do incentivo, ninguém na biblioteca tem

capacitação, o relato é de que todos estão preparados para atender todo tipo de público, inclusive pessoas com deficiência.

Gráfico 4 – Participação em cursos ou palestras sobre acessibilidade e inclusão.

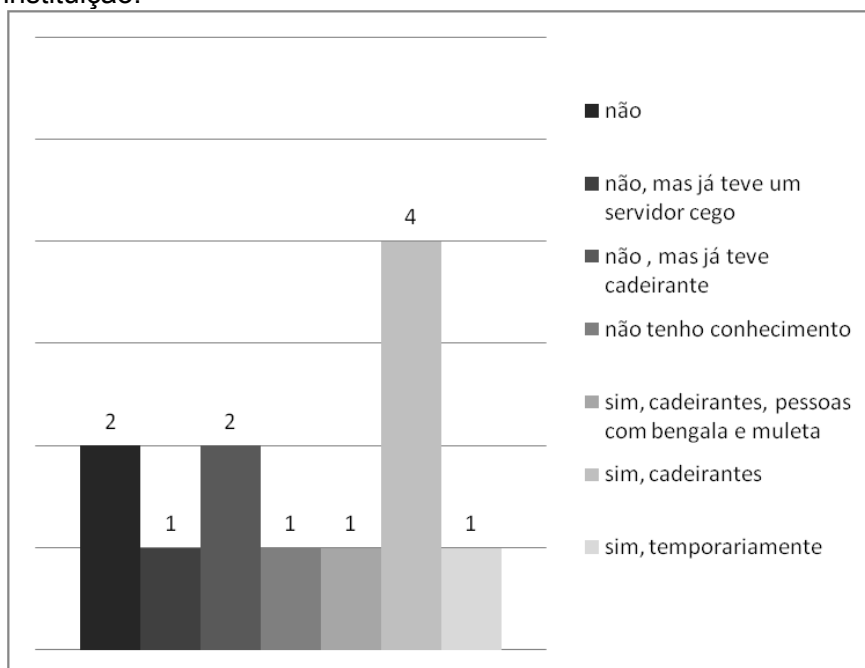


Fonte: Dados de pesquisa, 2013).

Mesmo não havendo o real preparo para o atendimento de todo tipo de público, a maioria das equipes conta com profissionais que estão dispostos a esse contato, inclusive as pessoas com deficiência. O que não exclui a importância de cursos e capacitações na área, para que possam ser avaliados e comparados os produtos e serviços de cada biblioteca com as necessidades de seus usuários, reais e potenciais em observância aos direitos já conquistados.

Durante as entrevistas aventou-se a possibilidade de serem fornecidos *e-mail* dos usuários identificados como pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Gráfico 5), para que por meio de contato posterior, pudessem participar da pesquisa respondendo sobre a percepção da acessibilidade enquanto usuário. Porém, em razão da privacidade e sigilo dos dados de seus usuários, a maioria dos respondentes se negou a fornecê-los. Esse fato impossibilitou a recuperação desses dados para este estudo.

Gráfico 5 – Existência de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na instituição.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Analisando-se os dados, nota-se que em apenas três das doze instituições não se tem conhecimento de que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida tenham pertencido ao quadro de funcionários ou feito parte da instituição de alguma forma. Em três delas, no período pesquisado, não havia ninguém com tais características, mas já houve. Em outras seis, é confirmada a existência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em uma delas a condição da pessoa é temporária, em outra as pessoas são cadeirantes e na terceira são encontrados cadeirantes, e pessoas que fazem uso de bengala ou muletas. E por esse motivo, espera-se que as instituições e suas bibliotecas estejam preparadas para recebê-los, já que com a regulamentação das leis 10.048/00 e 10.098/00, o decreto 5.296/04 estipulou prazo para os espaços públicos e privados de 30 meses a contar da data de publicação (03/12/2004) para edificações já existentes e nas edificações a serem concluídas, a aplicação deveria ser implantada no ato de construção. Sendo assim, o prazo já está vencido. (ARAÚJO, 2011).

Sobre o planejamento da biblioteca para receber pessoas com deficiência, no Quadro 3, demonstram-se os cuidados tomados para o acolhimento de pessoas com deficiência no uso da biblioteca, tanto na questão de espaço físico, quanto na formação do acervo.

Quadro 3 – Planejamento do espaço físico da biblioteca e formação do acervo.

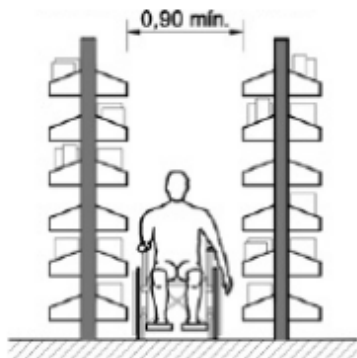
Biblioteca	No planejamento da biblioteca foram considerados os aspectos legais para acolhimento de pessoas com mobilidade reduzida ou outra deficiência?	No acervo da biblioteca incluem-se obras para uso por pessoas com deficiência?
B1	Na disposição das estantes e na altura do balcão de atendimento.	Temos algumas obras em Braille por questão de doação, não que seja o foco de aquisição.
B2	A colocação das estantes tem uma distância mínima prevista para cadeirantes poderem passar e fazer a volta. No momento recebemos duas mesas que criaram obstáculos e vamos ter que repensar na disposição tendo em vista o acesso.	Não, não temos obras em Braille, e nem recursos eletrônicos e de mídia para acessibilidade.
B3	Não houve planejamento nesse sentido. Eles têm acesso aos computadores e algumas mesas, mas ao acervo não, devido à disposição das estantes.	Não.
B4	Não.	Não temos nenhuma obra nesse sentido.
B5	Não.	Não.
B6	Não.	Não.
B7	Não.	Não. Já tivemos um aparelho que transformava textos impressos em áudio.
B8	Não.	Não. Todas as obras que nós recebemos em Braille, nós doamos para entidades que possuam bibliotecas que têm esse tipo de público.
B9	Tivemos o cuidado para que essas pessoas tenham acesso às estantes.	Não.
B10	Sim, na largura das portas, a distância entre as estantes e acesso ao terminal de consulta.	Não.
B11	Não.	Não.
B12	Não.	Não.

Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Nos relatos, percebe-se que em oito bibliotecas, em seu planejamento não foram considerados os aspectos legais de acessibilidade. Em B1, B2, B9 e B10 houve o cuidado com a disposição das estantes, para que seguissem o que pede a indicação do item 8.7.3 da NBR 9050, ilustrado na Figura 1, “a distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura [...]”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 88). Na B1, ponderou-se ainda sobre a altura do balcão de atendimento, que deve considerar a existência de

peças de baixa estatura e cadeirantes (Figura 2). Característica abordada no item 9.5.2.1 da NBR 9050, que recomenda que “uma parte da superfície do balcão, [...] deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 94).

Figura 1 – Distância mínima recomendadas entre estantes na biblioteca.



Vista frontal

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2004, p. 88).

Em B10, observaram-se ainda aspectos como a largura da porta (mínimo de 0,80 m) e no acesso aos terminais de consulta, cuja recomendação da NBR 9050 no item 9.5.6 é, “os corredores junto a balcões de auto-serviço, balcões de caixas para pagamento, bilheterias ou similares, acessíveis para peessoa em cadeira de rodas, devem estar vinculados a rotas acessíveis, garantindo-se as áreas de circulação e manobra no seu início e término, [...]. Estes corredores devem ter largura de no mínimo 0,90 m, [...]”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 95, grifo nosso).

Figura 2 – Balcão de atendimento não segue a recomendação da NBR 9050, ocasionando dificuldades no atendimento de pessoas de baixa estatura e cadeirantes.



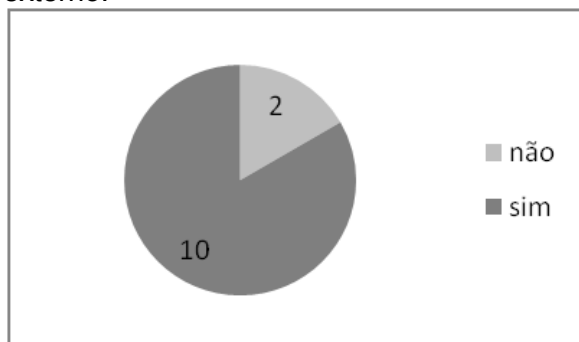
Fonte: CONSTRUINDO... (2006, p. 45).

Observa-se ainda que das bibliotecas do GIDJ/SC, apenas uma (B1) possui obras em Braille. Mas obras para pessoas com deficiência não entram no processo de compra, são obras recebidas como doação. A NBR 9050 recomenda que “bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 88).

Iniciando a análise dos dados coletados por intermédio da observação, percorreu-se o caminho entre a entrada do edifício até a biblioteca, e começando com as áreas de acesso ao edifício. Foram verificados, os estacionamentos e as vagas para pessoas com deficiência, a área de acesso ao edifício, a entrada e o mobiliário do *hall* de cada instituição, os corredores e áreas que dão acesso às bibliotecas, como elevadores, escadas e rampas quando presentes e os sanitários. E nas bibliotecas verificou-se a porta de entrada, a circulação pela biblioteca e a acessibilidade ao mobiliário.

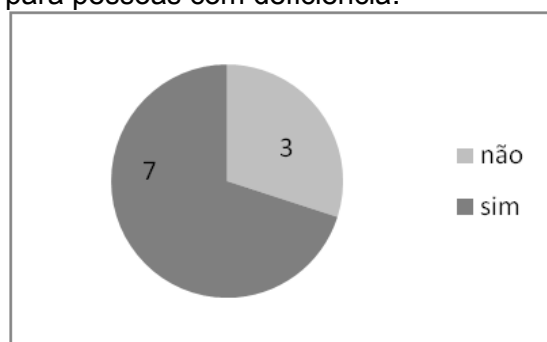
Examinando o Gráfico 6, é possível observar que duas instituições não possuem vagas de estacionamento externo. E no Gráfico 7 observa-se que das dez bibliotecas restantes, em três não se observam vagas para pessoas com deficiência.

Gráfico 6 – Vagas de estacionamento externo.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Gráfico 7 – Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Pode-se entender que essas três instituições ainda não se adequaram à lei, pois no artigo 25, do decreto 5.296 de 2004, que regulamenta leis sobre acessibilidade, encontramos que:

Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual definidas neste Decreto, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres,

com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT. (BRASIL, 2004).

Porém na NBR 9050 no item 6.12.3.1, afirma-se que, “as vagas nas vias públicas devem ser reservadas e estabelecidas conforme critérios do órgão de trânsito com jurisdição sobre a via, respeitado o Código de Trânsito Brasileiro”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 64). Isso talvez possa justificar a falta de vagas próximas à entrada dos edifícios.

As vagas destinadas para as pessoas com deficiência, seja o veículo conduzido ou não por uma pessoa com deficiência devem seguir a recomendação do item 6.12.1 da NBR 9050:

As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem:

- a) ter sinalização horizontal [...];
 - b) contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastada da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, ou perpendicular ao meio fio, não sendo recomendável o compartilhamento em estacionamentos oblíquos;
 - c) ter sinalização vertical para vagas em via pública [...], e para vagas fora da via pública [...];
 - d) quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, conter espaço adicional para circulação de cadeira de rodas e estar associadas à rampa de acesso à calçada;
 - e) estar vinculadas a rota acessível que as interligue aos pólos de atração;
 - f) estar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos.
- (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 61).

Em todos os locais onde havia vagas para pessoas com deficiência, as vagas eram indicadas com o símbolo internacional de acessibilidade (Figura 3).

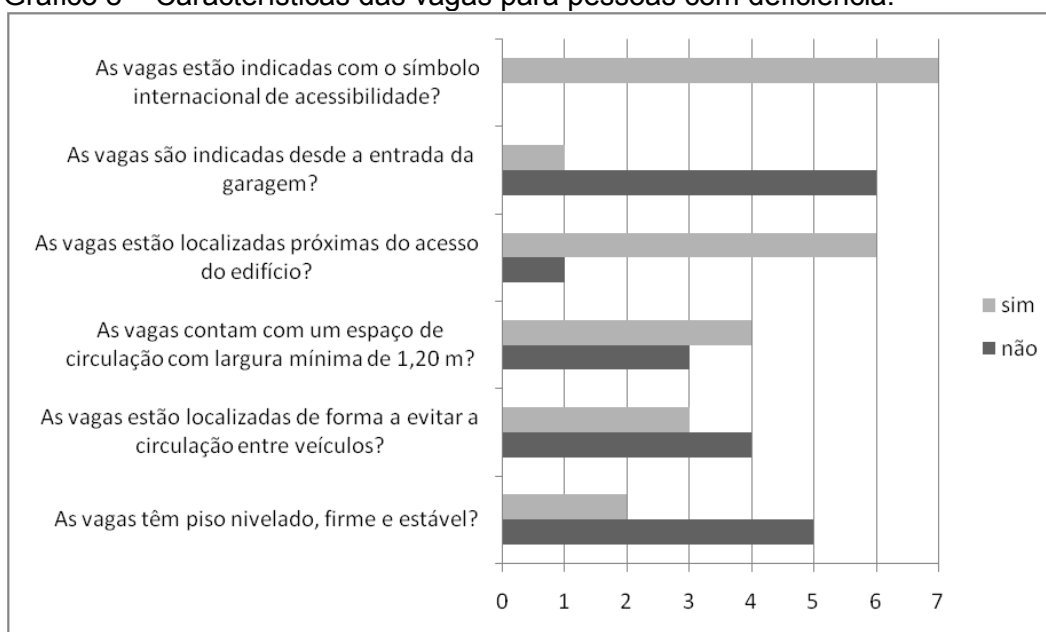
Figura 3 – Símbolo internacional de acessibilidade.



Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2004, p. 62).

No Gráfico 8, apresentam-se as características das vagas para pessoas com deficiência encontradas nas instituições observadas no estudo.

Gráfico 8 – Características das vagas para pessoas com deficiência.



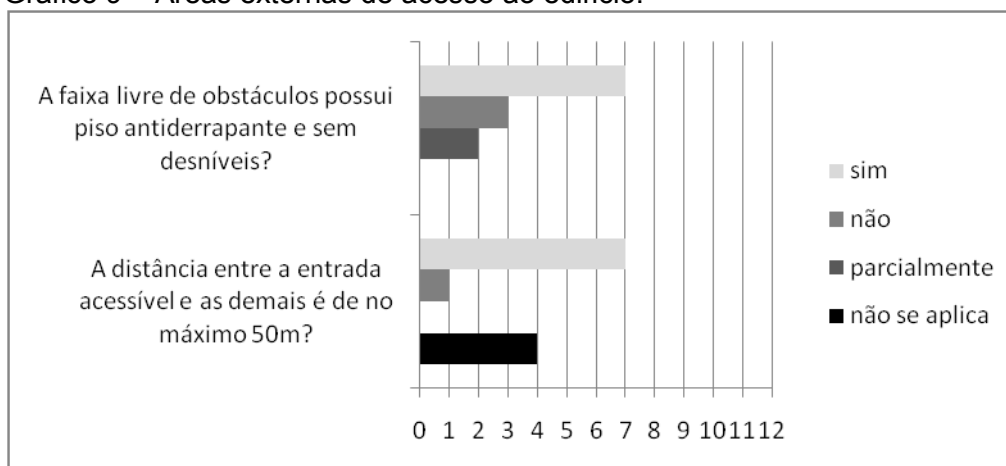
Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Das sete instituições com vagas para pessoas com deficiência, em uma apenas as vagas são indicadas desde a entrada da garagem. Essas vagas estão localizadas em locais próximos ao acesso do edifício em seis estabelecimentos, mas apenas três evitam a circulação das pessoas entre veículos. Em quatro deles, as vagas contam com espaço mínimo de 1,20 m como pede a norma em 6.12.1. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 62).

No item 6.1.1 da NBR 9050, a recomendação é que “os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê)”, apenas duas apresentam tais características. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 39).

Ainda na área externa de acesso ao edifício (Gráfico 8), constata-se que todas as instituições contam com rota livre de obstáculos com no mínimo 1,20 m de largura, dando acesso ao edifício. Esse acesso apresenta piso antiderrapante e sem desníveis em sete das doze instituições (Gráfico 9), em três delas o piso apresenta desníveis ou pode ser escorregadio quando molhado e, em duas, o piso apresenta desníveis e pode ser escorregadio quando molhado.

Gráfico 9 – Áreas externas de acesso ao edifício.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

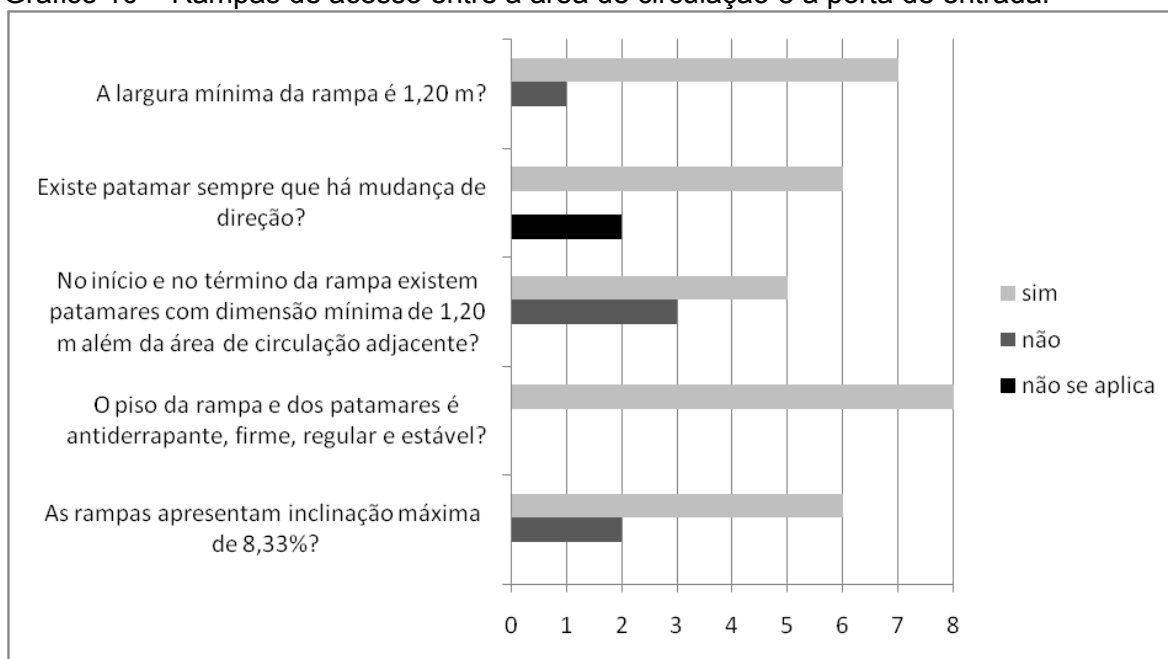
Pode-se analisar ainda a distância entre a principal entrada acessível e as entradas com base na NBR 9050, item 6.2.2:

[...] na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes deve ser previsto no mínimo um acesso, vinculado através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência, quando existirem. Nestes casos a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 40).

Quatro instituições apresentam apenas uma entrada e essa é acessível para esses casos. Em sete delas a entrada acessível apresenta uma distância menor que 50 m entre a entrada principal e a entrada acessível, sendo, portanto de acordo com a norma, e apenas uma tem distância maior entre a entrada acessível e outras entradas.

Para acesso ao *hall* de entrada, sempre que há desnível entre a área de circulação e a porta de entrada do edifício, há rampa, isso acontece em oito das doze instituições. No Gráfico 10, podem ser analisadas as condições das rampas de acesso.

Gráfico 10 – Rampas de acesso entre a área de circulação e a porta de entrada.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Quanto à largura mínima da rampa, considerada 1,20 m no estudo, apenas uma das doze instituições não segue a norma 6.5.1.6 da NBR 9050, a qual define que “a largura das rampas [...] deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 43).

Patamares devem ser previstos para o início e término da rampa, e também quando há mudança de direção, e devem ter no mínimo 1,20 m de dimensão longitudinal além da área de circulação adjacente, recomendação dos itens 6.5.2.1 e 6.5.2.2 da NBR 9050. Para as seis nas quais se aplicam a recomendação de 6.5.2.2, ela é seguida, porém o patamar de mudança, nem sempre segue a medida recomendada. Os patamares de início e término das rampas em cinco das oito que apresentam rampa seguem a dimensão mínima de 1,20 m. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 42).

O piso das rampas em todas as instituições é antiderrapante, firme, regular e estável, como pede a norma em 6.1.1 supracitada. E em duas rampas o ângulo de inclinação é maior que o indicado no item 6.5.1.2 da NBR 9050. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 42).

Para medir a inclinação baseando-se na fórmula do cálculo da inclinação ($i = \frac{h \times 100}{c}$ ou $\text{inclinação} = \frac{\text{alturax}100}{\text{comprimento da projeção horizontal}}$) indicada

no item 6.5.1.1 da NBR 9050, usou-se um nível de bolha apoiado em uma ripa de madeira de 1 m. Com uma extremidade da régua tocando o chão da rampa, usou-se uma régua para medir na vertical a altura que vai do chão até a ripa, o valor obtido em centímetros é igual ao valor da inclinação da rampa. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 41).

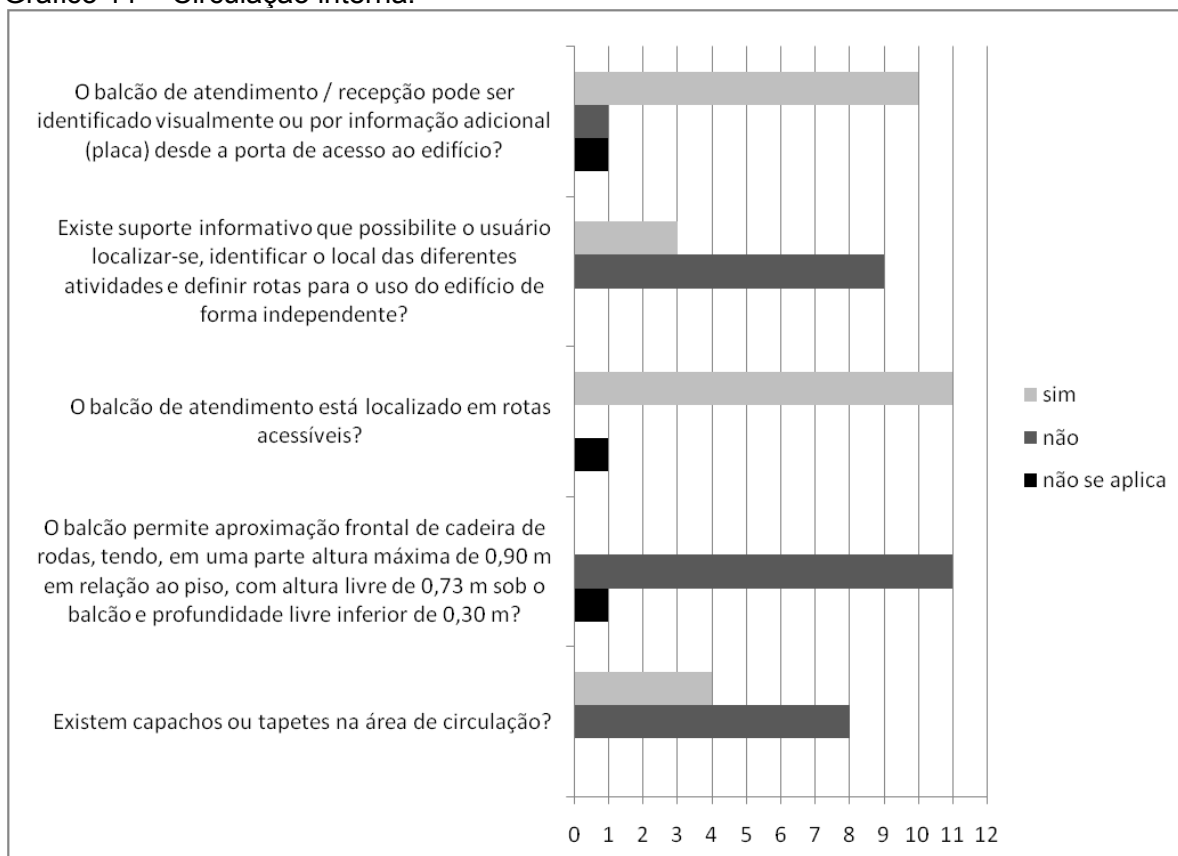
Em se tratando da entrada das instituições, o acesso à área interna do edifício, todas foram consideradas acessíveis, a norma recomenda nos itens 6.2.4 e 6.2.5 da NBR 9050, e somente duas possuem catracas, e nas duas existe uma rota alternativa acessível.

6.2.4 Quando existirem catracas ou cancelas, pelo menos uma em cada conjunto deve ser acessível [...];

6.2.5 Quando existir porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, deve ser prevista junto a este outra entrada que garanta condições de acessibilidade. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 40).

A circulação interna e as características dos ambientes são expostas no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Circulação interna.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

O balcão de atendimento em dez instituições é visível desde a porta de entrada, em uma não existe balcão de atendimento, em outra ele não é visualizado da porta de entrada, o que pode gerar certa insegurança no percurso. Um suporte informativo está presente em três das doze instituições. Pede o inciso VI do 1º parágrafo do artigo 6º do decreto 5.296/04 que haja “sinalização ambiental para orientação das pessoas com deficiência”. (BRASIL, 2004). E, exceto no lugar onde não há o balcão de atendimento, ele sempre é localizado em uma rota acessível, como é pedido em 9.5.1 da NBR 9050. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 93). Quanto às características do balcão de atendimento, no item 9.5.2.1 e 9.5.2.2 da NRB 9050:

9.5.2.1 Uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso. Deve ser garantido um módulo de referência¹ posicionado para a aproximação frontal ao balcão.

9.5.2.2 Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um módulo de referência, posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30 m. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 93).

Nas onze instituições nas quais há balcão de atendimento, nenhuma apresenta as características recomendadas na norma, nenhum balcão possui altura livre de no mínimo 0,73 m, nem profundidade de 0,30 m, e em algumas ainda a parte superior do balcão em uma altura maior que 0,90 m e outras ainda com anteparos em vidro. Em quatro instituições encontram-se capachos ou tapetes na área de circulação. A recomendação da NBR 9050 é que eles sejam embutidos e nivelados ao piso e em caso de desnível, que não excedam 0,05 m de altura. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 40).

Ainda na circulação interna, foram observados que todos adotam a determinação da norma, que pede em 6.9.2.1 “as portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 51). Nos corredores, observam-se os aspectos sugeridos em 6.1.1, e ainda apresentam faixa mínima de 0,90 m livre de obstáculos como lixeiras, extintores de incêndio, telefones

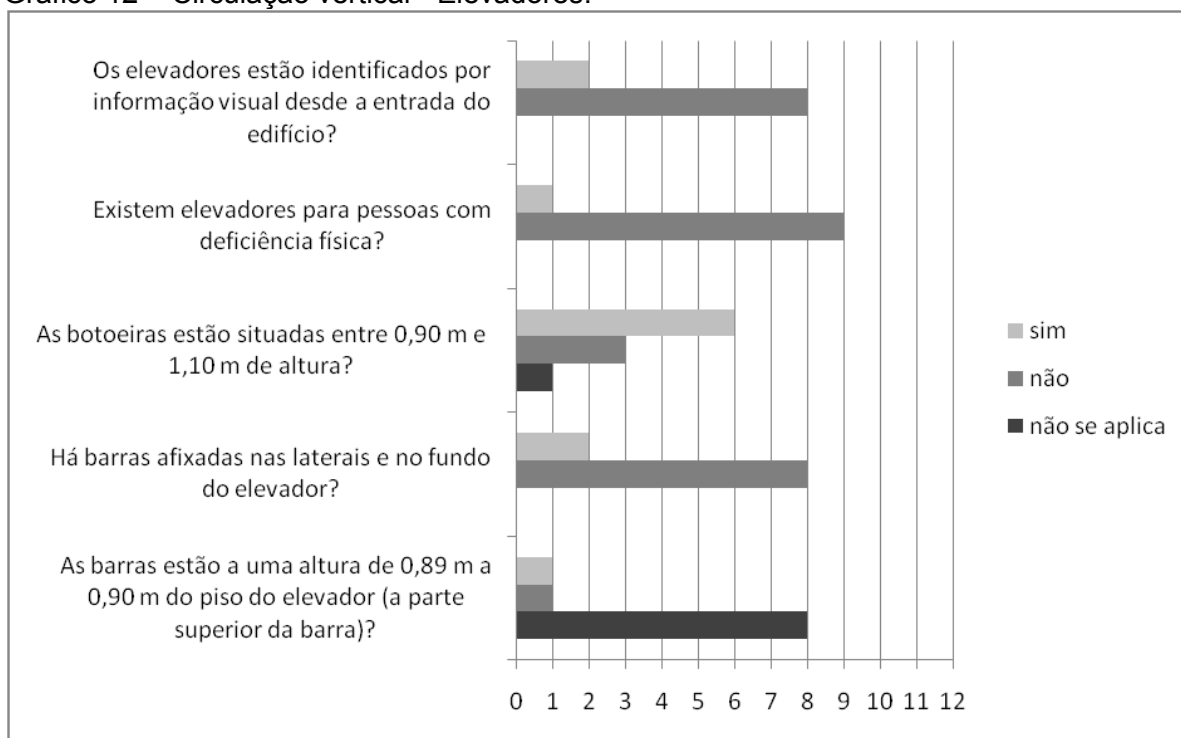
¹ Considera-se o módulo de referência, a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 6, grifo nosso).

públicos como pede o item 6.9.1.1 a. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 58).

A circulação vertical considera a presença de elevadores ou escadas e rampas na ausência deles. Apenas uma instituição, cuja biblioteca não está no piso térreo, não possui elevador, sendo o acesso realizado por uma escada. Observou-se que a escada tem no mínimo 1,20m como orientação 6.6.4.3 da NBR 9050, e o piso é antiderrapante, firme, regular e estável. Os espelhos dos degraus são fechados, como recomendação de 6.6.1, a profundidade dos degraus está entre 0,28 m e 0,32 m como indica 6.6.3, ambos da NBR 9050. Existe patamar sempre que há mudança de direção, e esses têm largura mínima de 1,20 m, como pedem os itens 6.6.5.1 e 6.6.5.2. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 45).

No Gráfico 12, mostram-se algumas características observadas nos elevadores das instituições estudadas. A fim de padronizar a análise, aceita-se que todos os edifícios já eram existentes na data de implantação da norma, visto que ela diferencia elevadores de edifícios novos, de elevadores de edifícios já existentes em sua aplicação e exigência pelo Poder Público.

Gráfico 12 – Circulação vertical - Elevadores.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Os elevadores são a principal forma de circulação vertical para pessoas com cadeiras de rodas e com mobilidade reduzida em dez das doze instituições, já que uma não possui elevador, e outra biblioteca localiza-se no andar térreo. Em oito instituições estudadas, não há informação visual indicando os elevadores (Gráfico 12). Em uma delas o elevador estava temporariamente desligado para manutenção, há algumas semanas. E em apenas uma existe um elevador para pessoas com deficiência.

As condições exigidas para os elevadores seguem a NBR 13.994/00, que fixa os requisitos a serem exigidos no projeto, produção e instalação de elevadores de passageiros, para que possam transportar cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida e que não necessitem de auxílio para se locomover. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2000).

Assim como piso, rampas, escadas, os elevadores devem estar incorporados à rota acessível do prédio, com o *hall* em frente aos elevadores, livre de obstáculos. Devem ter porta automática e as portas precisam ter no mínimo 0,80 m (itens 5.2.4.1 e 5.2.5 da NBR 13.994/00) e as dez instituições que o possuem, seguem a norma. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2000, p. 10).

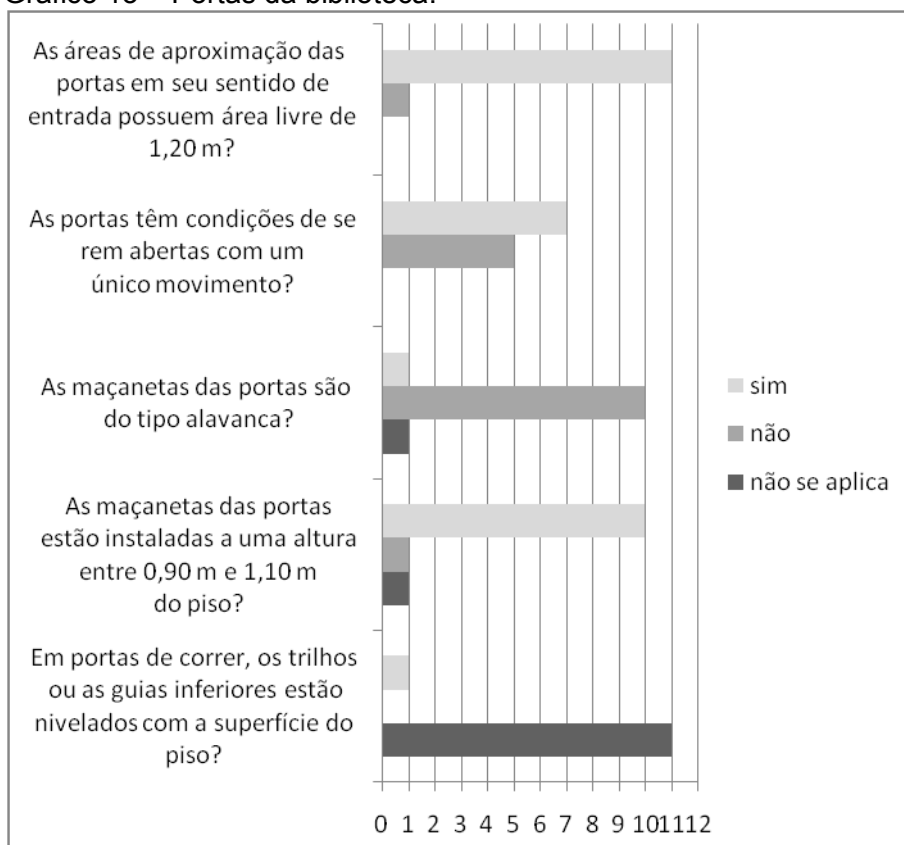
Com relação à altura dos botões externos ao elevador e aos internos à cabine do elevador, seis das dez instituições seguem a orientação dada pela NBR 13.994/00, itens 5.2.14.1 e 5.2.8.1, respectivamente, que a botoeira deve ficar a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m na cabine e 0,89 m e 1,35 m na área externa ao elevador. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2000). Em três delas, a botoeira é instalada em uma altura maior que a recomendada e em uma última, a botoeira interna está instalada em uma altura maior que a recomendada, porém o elevador tem ascensorista. Em apenas dois estabelecimentos existem barras afixadas nas laterais e no fundo do elevador, e somente em um deles as barras estão a uma altura entre 0,89 m e 0,90 m do piso do elevador, como indicado na norma. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2000, p. 12).

As entradas das bibliotecas não possuem degraus e nem apresentam desníveis. Não há porta giratória, nem sensor óptico em nenhum dos casos. No corredor que leva até uma das bibliotecas, há uma porta com dispositivo de segurança acionado por crachá ou a digital, utilizada pelos servidores da instituição. O público externo é acompanhado até a porta pelo pessoal da recepção que libera o

dispositivo. Em todos os locais, as portas seguem a medida mínima de 0,80 m em sua largura. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Como aponta o item 6.9.2 da norma, as portas devem ter área de aproximação livre com no mínimo 1,20 m o que encontramos em onze das doze bibliotecas, conforme observa-se no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Portas da biblioteca.



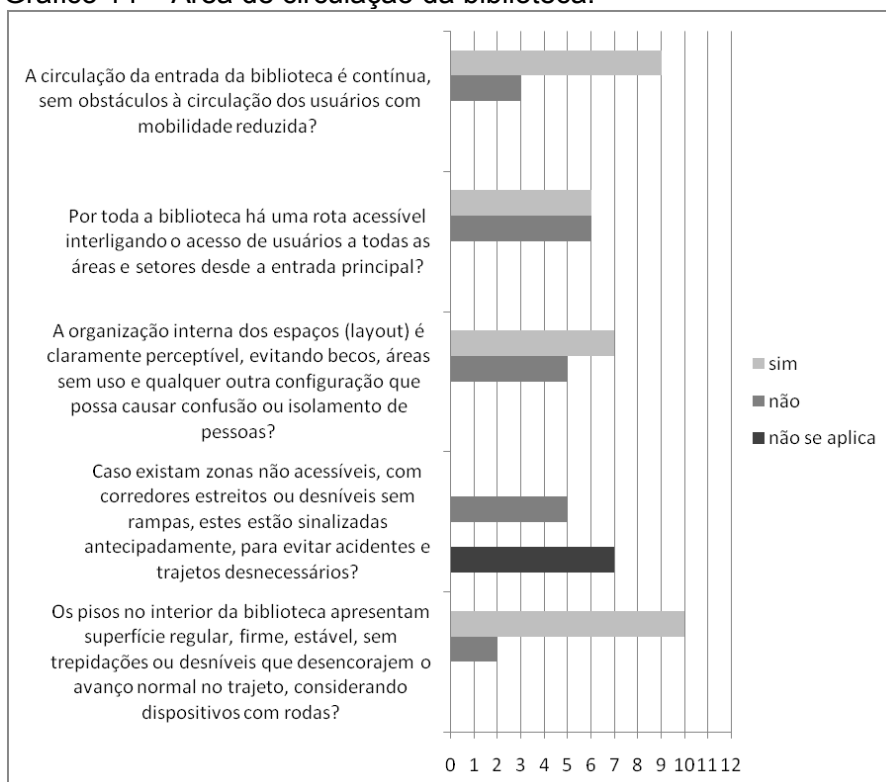
Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Em sete bibliotecas é possível a abertura da porta de entrada com um único movimento, como recomendado na NBR 9050, no item 6.9.2.3: “as portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m” o que é percebido nas portas de dez das doze bibliotecas, uma não segue a norma e em outra a porta é no sistema vai-e-vem e não tem maçaneta. As portas e batentes de nenhuma biblioteca têm revestimento contra impacto em sua parte inferior como recomenda a norma em 6.9.2.3. O revestimento é capaz de resistir a impactos causados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, e deve estar até a altura de 0,40 m do chão. Em uma das bibliotecas a porta é no sistema de trilhos e esses são nivelados ao

piso como indicado no item 6.9.2.8 da NBR 9050. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

A área de circulação das bibliotecas é mostrada no Gráfico 14. Das doze bibliotecas estudadas, a circulação da entrada é contínua, e livre de obstáculos que obstruam a passagem, como pede o item supracitado 6.9.1.1. da NBR 9050 em nove delas. Seis das doze bibliotecas possui rotas acessíveis interligando todos os setores proporcionando áreas de convivência acessíveis, conforme recomendação no item 9.7.1 da NBR 9050. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Gráfico 14 – Área de circulação da biblioteca.



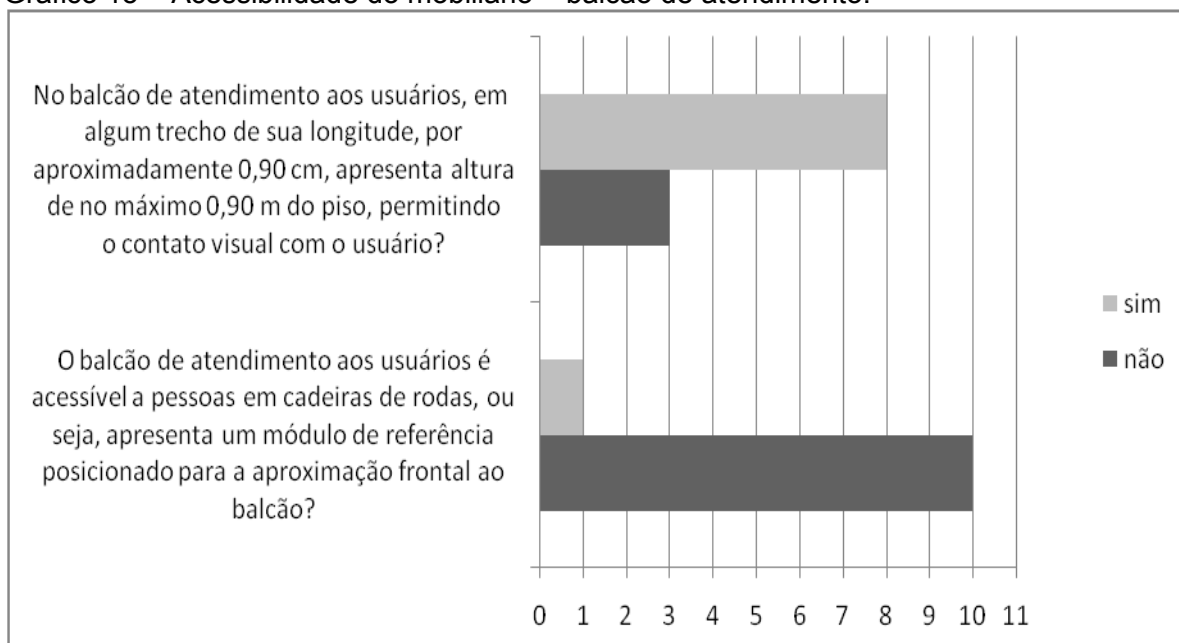
Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

A organização (*layout*) da biblioteca deve proporcionar rotas acessíveis. Em cinco bibliotecas percebeu-se a existência de áreas sem uso e sem acessibilidade, e que podem confundir algumas pessoas, e em nenhuma delas havia sinalização. Em duas bibliotecas o piso possui desníveis que não são tratados como rampas, o que pode desencorajar cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Uma das bibliotecas do GIDJ/SC não possui balcão de atendimento ao usuário, quanto à acessibilidade do balcão de atendimento das outras onze

bibliotecas como observa-se no Gráfico 15, em oito bibliotecas o balcão em algum trecho de sua longitude possui medida aproximada de 0,90 m, e a altura máxima em relação ao piso é 0,90 m como pede a norma supracitada 9.5.2.1 da NBR 9050.

Gráfico 15 – Acessibilidade do mobiliário – balcão de atendimento.

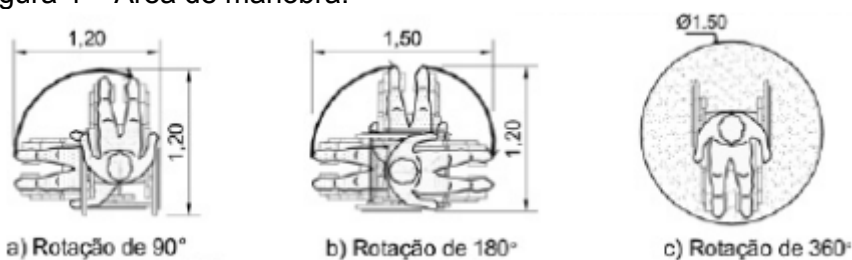


Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Apenas uma possui balcão acessível à pessoa com cadeira de rodas como pedem os também supracitados itens 9.5.2.1 e 9.5.2.2 da NRB 9050. Em todas as bibliotecas que possuem balcão de atendimento, a parte superior é livre de barreiras, como solicitado na norma. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

As mesas da biblioteca precisam seguir as recomendações de 9.3 da NBR 9050. No mínimo uma do total de mesas da biblioteca deve ser acessível para pessoas com cadeira de rodas; as mesas devem estar localizadas e distribuídas por todo espaço em rotas acessíveis; devem ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, e deve ser assegurado um módulo de referência dando possibilidade de encaixar sob a mesa. Deve ser observada uma faixa livre de circulação de 0,90 m e a faixa de manobra deve seguir o que determina 4.3 (Figura 4). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

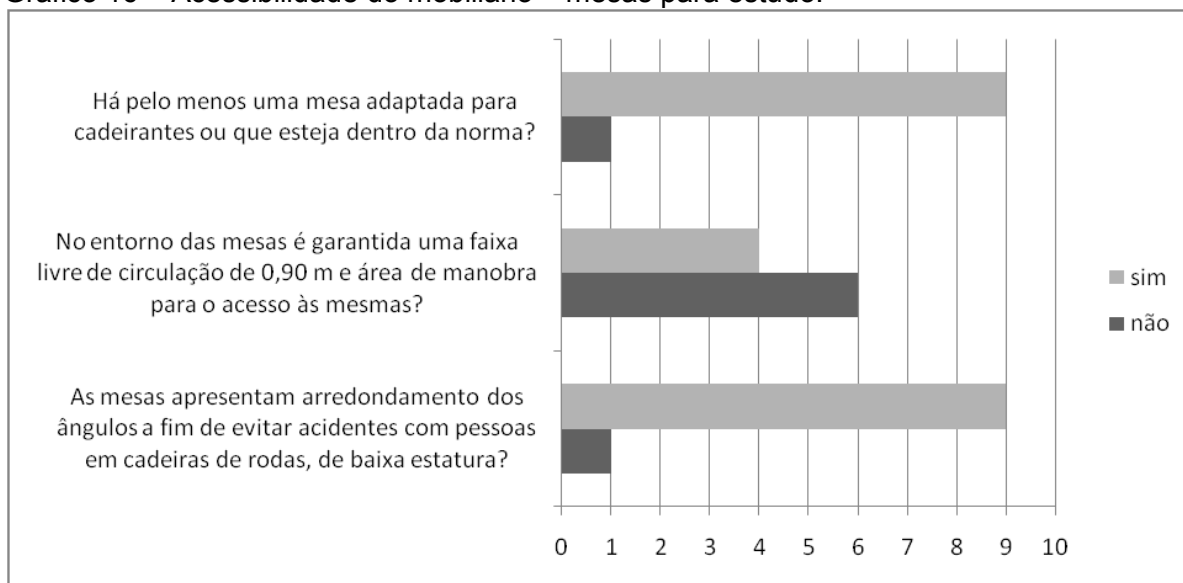
Figura 4 – Área de manobra.



Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2004, p. 8).

Duas das bibliotecas pesquisadas não têm mesa para estudo; das outras dez, apenas uma não tem mesa adaptada para pessoas com cadeira de rodas, como mostrado no Gráfico 16. Em seis delas não é garantida a faixa para livre circulação ou a área de manobra. E em nove das dez que têm mesa para estudo, os cantos das mesas são arredondados, cuidado que pode evitar acidentes com pessoas em cadeiras de rodas e de baixa estatura.

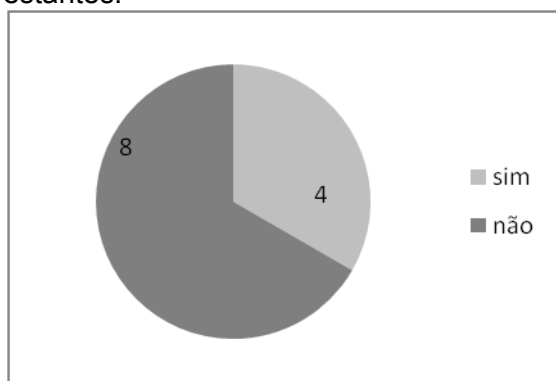
Gráfico 16 – Acessibilidade do mobiliário – mesas para estudo.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

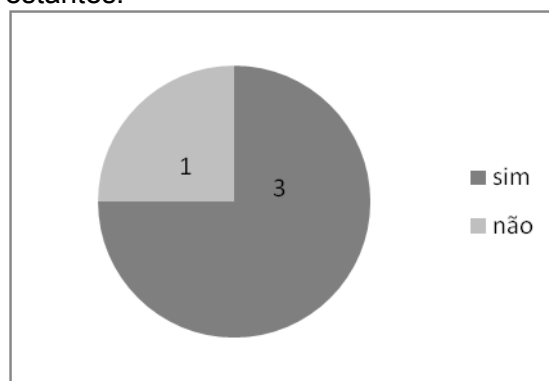
Sobre a distância entre as estantes nas bibliotecas, na NBR 9050, item 8.7.3, supracitado, quatro bibliotecas estão adequadas à norma de ter no mínimo 0,90 m, em todas as outras a distância entre as estantes não é acessível às pessoas com cadeira de rodas como visualiza-se no Gráfico 17. Analisando se nos corredores há espaço que permita manobra de 180° entre as estantes ou no fim de cada corredor, norma sugerida também no item 8.7.3 da NBR 9050, nota-se pela observação do Gráfico 18, que das quatro que possuem a distância exigida entre as estantes, apenas uma não permite tal manobra.

Gráfico 17 – Acessibilidade do mobiliário – distância mínima exigida entre as estantes.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

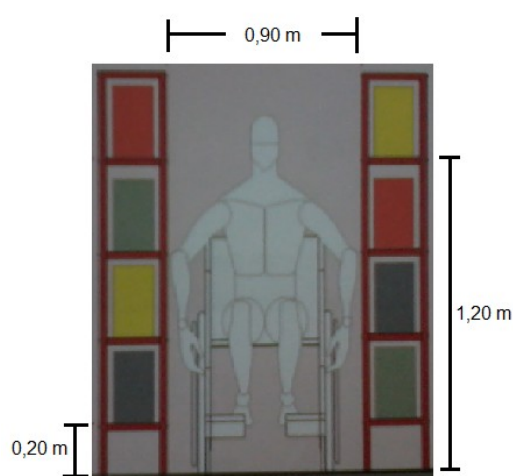
Gráfico 18 – Acessibilidade do mobiliário – possibilidade de manobra entre as estantes.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Quanto ao alcance manual dos livros nas estantes, tomando como referência o item 4.6 da NBR 9050, as prateleiras devem estar a uma altura entre 0,20m e 1,20 m (Figura 5), sendo assim, nenhuma biblioteca está adequada à norma. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

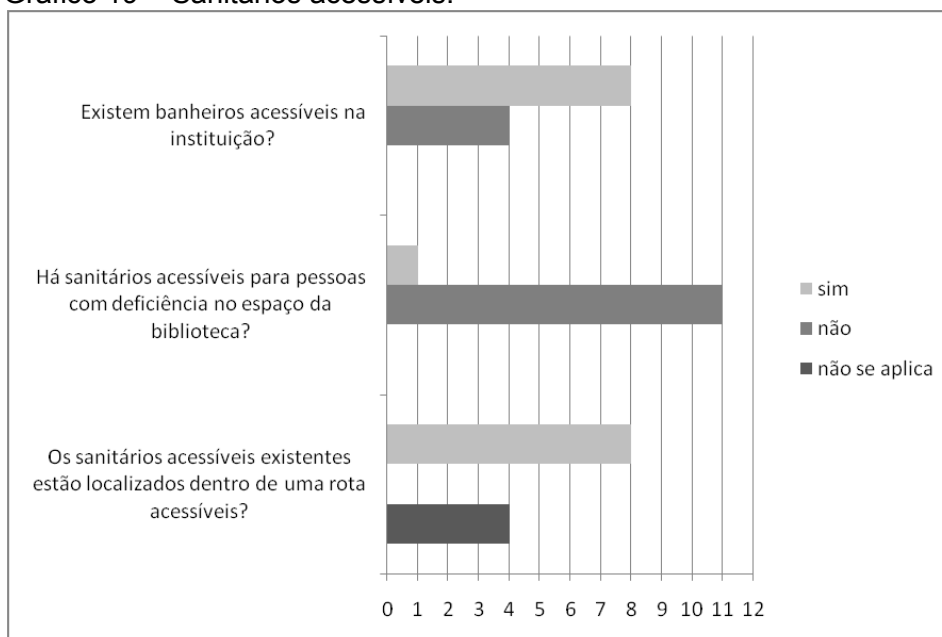
Figura 5 – Altura das prateleiras na estante.



Fonte: DISCHINGER (2012, p. 91).

A presença e as condições de sanitários acessíveis também foram alvo do estudo e os dados podem ser observados no Gráfico 19. Em oito instituições foram encontrados sanitários destinados às pessoas com deficiência, todos em rotas acessíveis. No espaço da biblioteca, foi encontrado banheiro para pessoas com deficiência, em apenas um dos estabelecimentos.

Gráfico 19 – Sanitários acessíveis.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Os banheiros devem ser sinalizados como determina o item 5.4.4.1 da NBR 9050, “todos os sanitários devem ser sinalizados com o símbolo internacional de sanitário, de acordo com cada situação” (Figura 6). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 20).

Figura 6 – Símbolos internacionais de sanitários.

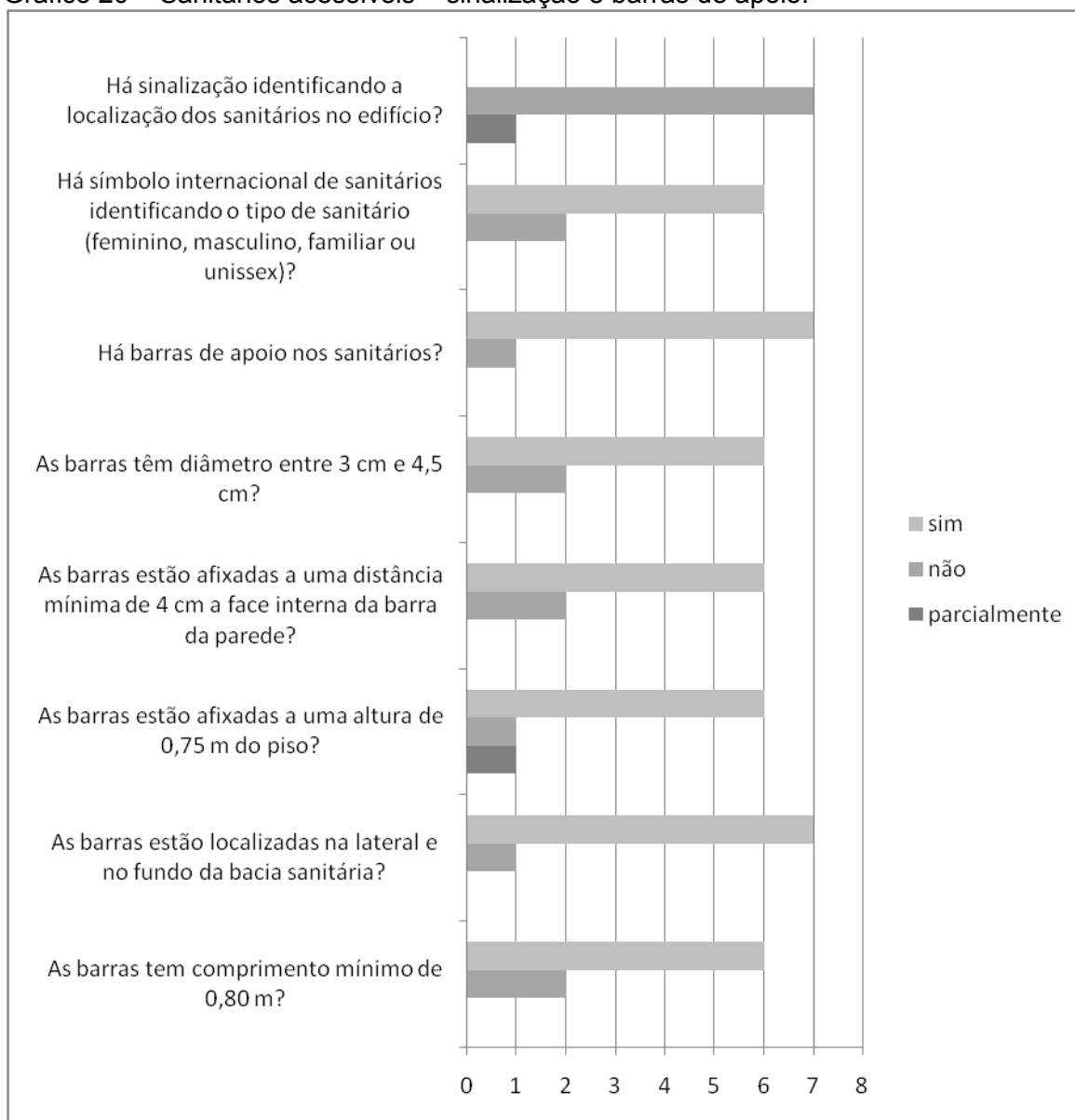


Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2004, p. 20-21).

Há símbolos indicando o tipo de sanitário em seis estabelecimentos conforme observa-se no Gráfico 20. Não há sinalização identificando a localização dos sanitários acessíveis ou não, exceto em uma, na qual há uma placa no corredor que indica os sanitários, mas não diz se são acessíveis. E como em epígrafe, o inciso VI,

do 1º parágrafo do artigo 6º do decreto 5.296/04 pede que a “sinalização ambiental para orientação das pessoas com deficiência”. (BRASIL, 2004).

Gráfico 20 – Sanitários acessíveis – sinalização e barras de apoio.

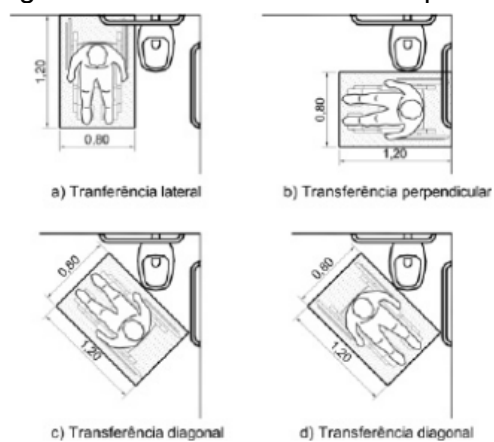


Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

No gráfico 20, observa-se ainda, que há barras de apoio em sete sanitários, e nestes as barras estão instaladas na lateral e no fundo da bacia sanitária. Em seis sanitários as barras têm comprimento mínimo de 0,80 m, diâmetro entre 3 e 4,5 cm e são afixadas a 4 cm da parede e a uma altura de 0,75 m do piso. Em um dos sanitários, a barra lateral é afixada verticalmente, de modo que a altura varia de um ponto fixo a outro, mas o ponto fixo mais alto está afixado a uma altura de 0,75 m do piso, conforme estabelecido pela NBR 9050.

As bacias sanitárias em todos os sanitários acessíveis estão adequadas ao que se pede no item, 7.3.1.3 da NBR 9050, “as bacias sanitárias devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior, sem o assento”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 68). Devem ser previstas áreas de transferência da cadeira de rodas para as bacias sanitárias (Figura 7). E nas instituições com banheiros acessíveis, cinco possuem espaço para área de transferência, como pode-se observar no Gráfico 21..

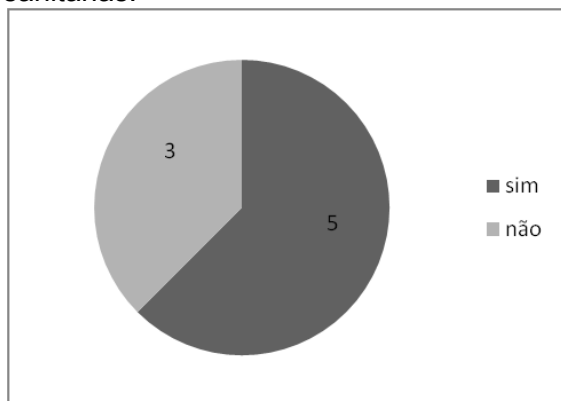
Figura 7 – Área de transferência para bacia sanitária.



Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2004, p. 66).

O piso dos sanitários de todas as instituições está adequado a norma, o acionamento da descarga, em todos os casos, está a no máximo 1,00 m do piso como determina a norma, em 7.3.1.5. Os lavatórios devem ser suspensos, permitindo a aproximação frontal por uma pessoa em cadeira de rodas, sendo que sua borda superior deve estar a uma altura entre 0,78 m a 0,80 m do piso e, a uma altura livre mínima de 0,73 m na sua parte inferior frontal, e suas torneiras podem ter acionamento por alavanca, sensor ou outro mecanismo que seja equivalente. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 74). Em apenas uma instituição, o lavatório não é suspenso, nos outros quesitos, todas as oito estão adaptadas às normas.

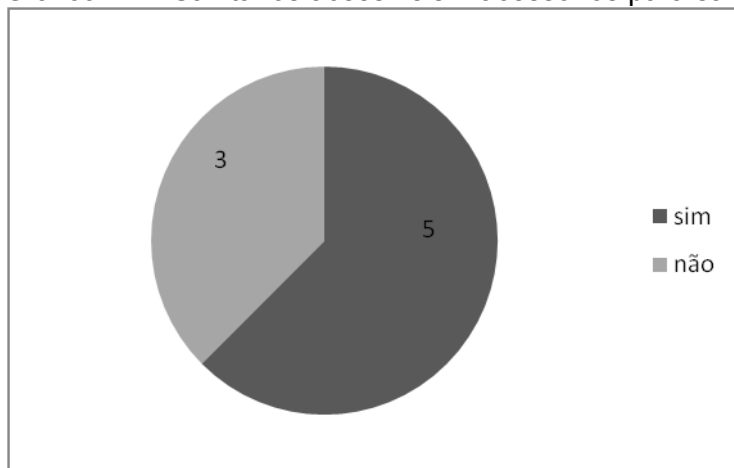
Gráfico 21 – Sanitários acessíveis – presença da área de aproximação das bacias sanitárias.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

Os acessórios do sanitário devem ter sua área de utilização conforme faixa de alcance confortável estabelecida na seção 4 da NBR 9050. No Gráfico 22, verifica-se que nos sanitários de cinco instituições, os acessórios estão instalados em uma faixa de alcance confortável, em outras três os acessórios ficam ou muito afastados entre si ou em uma altura incompatível com a altura de uma pessoa em cadeira de rodas.

Gráfico 22 – Sanitários acessíveis – acessórios para sanitário.



Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

A análise da acessibilidade física, que é o foco da pesquisa, é capaz de fornecer um material muito importante para esse estudo. Porém, de forma isolada pode não ser retrato da realidade. Nesse sentido, a percepção das pessoas é juntamente com as informações já analisadas, uma fonte muito rica de conhecimento. Dessa forma, utilizam-se como contribuição ao estudo, considerações feitas sobre acessibilidade durante a entrevista realizada, que são apresentadas de forma anônima:

- *“A questão da acessibilidade está muito voltada para quando você tem aquele público determinado [...], num caso específico você enfrenta aquela realidade e busca alternativas”. (Entrevistado 1).*
- *“A acessibilidade é uma realidade, faz parte cada vez mais de todo âmbito do trabalho e você tem que estar buscando adequar os recursos e espaços físicos a esse outro público. E é um espaço que se presta a isso. A nossa biblioteca precisa de uma readequação na altura das estantes e estamos pensando em como fazer isso por conta da limitação de espaço, mas estamos buscando soluções”. (Entrevistado 2).*
- *“Isso é uma alerta para nós, um alerta para começar a pensar nessa questão da acessibilidade, porque um dia, podemos ter a necessidade (de atendimento) e não estamos preparados”. (Entrevistado 3).*
- *“Nunca houve, mas com certeza se entrar algum membro na instituição que tenha necessidades especiais, com certeza a instituição irá providenciar recursos para atender esse usuário na biblioteca”. (Entrevistado 4).*
- *“Por ser uma biblioteca na área jurídica, não tem esse foco de uma biblioteca pública, ela é aberta, mas o conteúdo é restrito. E a questão da acessibilidade deve ser pensada e vista com melhores olhos. Temos que pensar em um projeto nesse sentido, porque tem que estar previsto. Inclusive os concursos vêm abrindo vagas para pessoas com deficiência e é um espaço que tem que ser possibilitado”. (Entrevistado 5).*

Percebe-se que a preocupação com acessibilidade só é justificada na presença de pessoas com deficiência. Normas e legislação não são levadas em conta. Sabe-se que a responsabilidade não é só da equipe das bibliotecas, já que são vinculadas a órgãos que podem limitar sua autonomia. Como são bibliotecas jurídicas, e por assim dizer, especializadas, servem aos interesses das instituições às quais estão subordinadas. (MIRANDA, 2007).

Porém a acessibilidade não é um tema alheio ao contexto das bibliotecas, e as bibliotecas não têm a demanda de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os profissionais estão de sobreaviso, pois uma hora ou outra a demanda lhe entra pela porta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordou-se a acessibilidade em bibliotecas jurídicas de Florianópolis. O GIDJ/SC é um grupo de bibliotecas especializadas em informação jurídica e foi eleito como *locus* de pesquisa. A fim de verificar as condições de acessibilidade por pessoas com mobilidade reduzida nas bibliotecas, usou-se um roteiro de entrevista e um formulário com questões fechadas como instrumentos de coleta de dados.

Durante a análise dos dados apurou-se que as bibliotecas são diferentes entre si e com características variadas, sendo umas pequenas com um acervo bem reduzido, com menos de 1.000 obras, e outras de grande porte e com o acervo também grande, com 15.000 até 30.000 obras. Em sete delas, há o incentivo por parte da instituição, para que a equipe da biblioteca participe de cursos e palestras sobre inclusão e acessibilidade, nas outras cinco não há incentivo, e ainda assim em duas delas, alguém da equipe possui capacitação na área. Porém, apurou-se, que em dez bibliotecas as pessoas se sentem preparadas para atender todo tipo de público, inclusive pessoas com deficiência. Vê-se nos relatos que a maior dificuldade seria para o atendimento de pessoas surdas.

A presença de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no quadro de funcionários, foi observada no histórico de nove das doze instituições, sendo que em seis, na época da pesquisa, inclusive. Para averiguar a acessibilidade física das bibliotecas, foram observados os estacionamentos e as vagas para pessoas com deficiência, a área de acesso ao edifício, a entrada e o mobiliário da recepção das instituições das quais as biblioteca fazem parte, os corredores e elementos que dão acesso às bibliotecas, como elevadores, escadas e rampas quando presentes, e os sanitários. E nas bibliotecas verificou-se a porta de entrada, a circulação pela biblioteca e a acessibilidade ao mobiliário.

A acessibilidade de um local é medida antes mesmo que uma pessoa entre em seu espaço físico. Ela depende de que a pessoa tenha condições de chegar até lá, e possa se locomover com autonomia e segurança. Verificou-se que nenhuma biblioteca do GIDJ/SC está adequada a legislação e normas que tratam sobre acessibilidade. Apesar de várias características observadas não serem encontradas em algumas instituições, todas estão ao seu modo se adequando à legislação e

buscando se enquadrar no que pedem as normas referentes à acessibilidade física, mesmo com atraso, visto que os prazos já venceram.

A principal adaptação nas bibliotecas do GIDJ/SC para o atendimento de pessoas com mobilidade reduzida é concernente a distância entre estantes, aspecto encontrado em somente 1/3 delas. Nos outros 2/3 das bibliotecas do grupo, pessoas cadeirantes são dependentes dos bibliotecários para encontrar informações das quais necessitem.

Existem ainda muitas barreiras arquitetônicas, dentro e fora das instituições nas quais estão inseridas as bibliotecas do GIDJ/SC. Algumas no estacionamento, outras nas áreas de circulação interna. Mas as barreiras que precisam ser vencidas são as barreiras atitudinais. Essas sim são as maiores responsáveis pela ausência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas bibliotecas do GIDJ/SC.

São bibliotecas especializadas em informação jurídica, mas os especialistas em informação jurídica não podem ter nascido com alguma deficiência? Não existem especialistas em informação jurídica, advogados, juízes, procuradores, promotores entre outros, com deficiência ou mobilidade reduzida? Eles não envelhecem? Não estão sujeitos a sofrerem acidentes que os impossibilite de alguma forma, e os faça precisar de uma cadeira de rodas, bengala ou muletas? Então, por que as bibliotecas não podem estar preparadas desde o seu planejamento para atender esse tipo de público? Por que esperar demanda? Enquanto de um lado se espera pela demanda, de outro se pedem providências que incidam para a qualidade de vida e a plena convivência em sociedade.

Neste trabalho, não foi possível pesquisar as percepções, desejos e necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida enquanto usuários das bibliotecas. De todo modo, é uma oportunidade para novos estudos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angelica do; SOUZA, Katyusha Madureira Loures de. Funções desempenhadas pelos websites de bibliotecas jurídicas governamentais brasileiras. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 22, n. 46, p. 165-186, set./dez., 2008. Disponível em: < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2008000300008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2013.

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes et al . Conceituando deficiência. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo , v. 34, n. 1, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2013.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Barrados**: pessoas com deficiência sem acessibilidade: como, oque e de quem cobrar. Petrópolis: Kbr, 2011. 151 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13.994**: Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convinvendo com a diferença. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca.Central Cesar Lattes, 2006. Disponível em: <styx.nied.unicamp.br/todosnos/.../livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado,1998.

BRASIL. **Decreto n. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 19 nov. 2013.

BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 1989.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 19 set. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10741**, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 19 set. 2013.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2012. 283 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CONSTRUINDO a cidade acessível. In: BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa brasileiro de acessibilidade urbana – Brasil Acessível**. Brasília, DF, dez. 2006, v. 2, 167 p.

DISCHINGER, Marta. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis: MPSC, 2012. 134 p.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão . O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Revista da ENA**, v. 1, p. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33394-42846-1-PB.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **R. Bibliotec. Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9-25, 1979.

GIACOMINI, Lilia; SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cassia Reckziegel. **Orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. 44 p.

GOMES, Gicele Farias. **Acessibilidade e inclusão**: um estudo da biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/37543>> Acesso em: 20 nov. 2012.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José A. **Gestión de bibliotecas**: texto-guia de las asignaturas de Bibliotecología General y Bibliotecología Especializada. Murcia: Universidad de Murcia, 2002. 342 p.

GRUPO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA. **Regimento**. Florianópolis. 2006. Disponível em: <<http://gidjsc.acbsc.org.br/regimento.htm>> Acesso em: 16 abr. 2013.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e preconceito na história**. ICEP BRASIL, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.icepbrasil.com.br/site/index.php/noticias/todas-as-noticias/507-507>>. Acesso em: 18 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf> Acesso em: 19 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 19 set. 2013.

JACINTO, Solange de Oliveira. A biblioteca e os deficientes. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul/dez. 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/92>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2010. 297 p.

LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; LIMA, Ana Karina Menezes; VILLAVERDE, Perla Mendoza. Direito à acessibilidade: um mapa de inclusão para pessoas com deficiências nas políticas públicas urbanas. In.: LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; PINTO, Isabela Cardoso de Matos; PEREIRA, Silvia de Oliveira (Org.). **Políticas públicas e pessoa com deficiência**: direitos humanos, família e saúde. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 261-278.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. Cotia: AE, 2002. 116p.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, p. 137-152, 2004.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/463>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28114>> Acesso em: 12 jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 2006. Disponível em: <<http://www.assinoinclusao.org.br/downloads/convencao.pdf>>. Acesso em: 19 set 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 24 set 2013

PRADO, Adriana Romeiro de Almeida. Acessibilidade na gestão da cidade. In. _____ ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2006. 318 p.

PRADO, Adriana Romero de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Trajetória da acessibilidade no Brasil. In. PRADO, Adriana Romero de Almeida (Org.); LOPES, Maria Elisabete (Org.); ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 9 - 17.

QUEIROZ, Marco Antonio de. **Como Designar Pessoas que Têm Deficiência?** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 18 set. 2013.

RUIZ, João Alvaro. **Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos**.3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 1992. 177p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** São Paulo. 2005. Disponível em: <http://teleduc.proinesp.ufrgs.br/cursos/diretorio/tmp/376/portfolio/item/40/Como_chamar_as_pessoas_que_tem_deficiencia.pdf> Acesso em: 18 set. 2013.

SCHINITMAN, Ivana. **Módulo de metodologia do trabalho científico**. Bahia: Academia de Polícia Militar, 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/50218032/Modulo-MTC-2011-Ivana-Schinitman>> . Acesso em: 5 out. 2013

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. **Biblioteca: uma trajetória**. 1985. Trabalho apresentado ao 3º Congresso de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.csouza952.com.br/IIICIB.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Curso de Biblioteconomia / 8ª Fase
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Profª Magda Chagas
Orientanda: Deborah Ramirez

Roteiro para entrevista

- 1- A biblioteca é aberta à comunidade?
- 2- Quantas pessoas trabalham na biblioteca? Quais são suas funções/cargos?
- 3- Todos se sentem preparados para atender todo tipo de público, inclusive pessoas com deficiência?
- 4- A instituição fornece ou incentiva a participação do pessoal da biblioteca em cursos ou palestras sobre inclusão ou acessibilidade? Alguém já fez alguma capacitação na área?
- 5- Existem na instituição pessoas com mobilidade reduzida (que usem bengala, muletas ou cadeira de rodas)? E outro tipo de deficiência? (pedir *e-mail* para contato posterior)
- 6- No planejamento da biblioteca, foram considerados os aspectos legais para o acolhimento de pessoas com mobilidade reduzida ou outra deficiência?
- 7- No acervo da biblioteca, incluem-se obras adaptadas para o uso por pessoas com mobilidade reduzida ou outra deficiência?
- 8- Alguma consideração sobre o tema inclusão e acessibilidade?

APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados

Universidade Federal de Santa Catarina
 Centro de Ciências da Educação
 Curso de Biblioteconomia / 8ª Fase
 Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso
 Orientadora: Profª Magda Chagas
 Orientanda: Deborah Ramirez

Instrumento de coleta de dados

	Itens para coleta de dados de acessibilidade em bibliotecas	Sim	Não	Parcialmente	Não se aplica
1	ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO				
1.1	Estacionamento ou garagem				
1.1.1	Existem vagas de estacionamento externo ou de garagem interna destinada a pessoas com deficiência?				
1.1.2	As vagas estão indicadas com o símbolo internacional de acessibilidade?				
1.1.3	As vagas são indicadas desde a entrada da garagem?				
1.1.4	As vagas estão localizadas próximas do acesso do edifício?				
1.1.5	As vagas contam com um espaço de circulação com largura mínima de 1,20 m?				
1.1.6	As vagas estão localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos?				
1.1.7	As vagas têm piso nivelado, firme e estável?				
1.2	Áreas externas / pátio				
1.2.1	Existe uma rota livre de obstáculos exclusiva para pedestre que permita o acesso à entrada do edifício?				
1.2.2	A rota livre tem no mínimo 1,20 m de largura?				

1.2.3	A faixa livre de obstáculos possui piso antiderrapante e sem desníveis?				
1.2.4	A distância entre a entrada acessível e as demais é de no máximo 50m?				
1.3	Acesso ao edifício				
1.3.1	Na existência de desnível entre a área circulação externa e a porta de entrada do edifício há rampas que permitam acesso?				
1.3.2	Rampas				
1.3.2.1	A largura mínima da rampa é 1,20 m?				
1.3.2.2	Existe patamar sempre que há mudança de direção?				
1.3.2.3	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão mínima de 1,20 m além da área de circulação adjacente?				
1.3.2.4	O piso da rampa e dos patamares é antiderrapante, firme, regular e estável?				
1.3.2.5	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%?				
1.3.2.6	Existem rampas curvas? (Observar se apresentam inclinação máxima de 8,33% e o raio mínimo de 3 m, medido no perímetro interno à curva).				
1.4	Entrada				
1.4.1	A porta de entrada possui algum dispositivo de segurança como interfone e/ou videofone?				
1.4.2	Para o caso de existir algum dispositivo de segurança, a botoeira está a uma altura acessível para cadeirantes e				

	peças de baixa estatura?				
1.4.3	Na existência de catraca ou porta giratória, há um acesso alternativo para pessoas com mobilidade reduzida?				
2	CIRCULAÇÃO INTERNA				
2.1	O balcão de atendimento / recepção pode ser identificado visualmente ou por informação adicional (placa) desde a porta de acesso ao edifício?				
2.2	Existe suporte informativo que possibilite o usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rotas para o uso do edifício de forma independente?				
2.3	O balcão de atendimento está localizado em rotas acessíveis?				
2.4	O balcão permite aproximação frontal de cadeira de rodas, tendo, em uma parte altura máxima de 0,90 m em relação ao piso, com altura livre de 0,73 m sob o balcão e profundidade livre inferior de 0,30 m?				
2.5	Todos os vãos das portas têm no mínimo 0,80 m?				
2.6	Existem capachos ou tapetes na área de circulação?				
2.7	Os capachos existentes estão firmemente afixados?				
2.8	Os corredores apresentam uma faixa livre de obstáculos (caixa de coleta, lixeiras, telefones públicos, extintores de incêndio e outros) de no mínimo 0,90m?				
2.9	O piso dos corredores e passagens é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?				
2.10	O piso dos corredores e das passagens é nivelado (sem degraus)?				
2.11	Na existência de desníveis maiores de 1,5 cm, há rampas?				
3	CIRCULAÇÃO VERTICAL (se houver)				

3.1	Em casos em que a biblioteca não está no piso térreo, há pelo menos um elevador servindo todos os andares?				
3.1.1	Existem elevadores para pessoas com deficiência física?				
3.1.2	Os elevadores estão situados em uma rota acessível?				
3.1.3	Os elevadores estão identificados por informação visual desde a entrada do edifício?				
3.1.4	O hall em frente os elevadores está livre de obstáculos?				
3.1.5	A porta do elevador tem vão mínimo de 0,80 m?				
3.1.6	A porta do elevador é automática?				
3.1.7	As botoeiras estão situadas entre 0,90 m e 1,10 m de altura?				
3.1.8	Há barras afixadas nas laterais e no fundo do elevador?				
3.1.9	As barras estão a uma altura de 0,89 m a 0,90 m do piso do elevador (a parte superior da barra)?				
3.2	Escadas na área de circulação interna				
3.2.1	A largura mínima das escadas fixas é de 1,20 m?				
3.2.2	O piso das escadas é antiderrapante, firme, regular e estável?				
3.2.3	Os degraus são em paralelo?				
3.2.4	Os espelhos dos degraus são fechados?				
3.2.5	A profundidade dos degraus é maior que 0,28 m e menor que 0,32 m?				
3.2.6	Existe patamar sempre que há mudança de direção?				
3.2.7	Os patamares possuem dimensão igual à largura dos degraus?				
3.2.8	Os patamares são livres de obstáculos?				

3.2.9	O primeiro e último degraus de cada lance de escada estão a uma distância de no mínimo, 0,30 m da área de circulação?				
3.2.10	As escadas têm lance máximo de 19 degraus?				
3.3	Rampas na área de circulação interna				
3.3.1	A largura mínima da rampa é 1,20 m?				
3.3.2	Existe patamar sempre que há mudança de direção?				
3.3.3	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão mínima de 1,20 m além da área de circulação adjacente?				
3.3.4	O piso da rampa e dos patamares é antiderrapante, firme, regular e estável?				
3.3.5	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%?				
3.3.6	Existem rampas curvas? (Observar se apresentam inclinação máxima de 8,33% e o raio mínimo de 3 m, medido no perímetro interno à curva).				
3.4	Corrimãos na área de circulação interna				
3.4.1	Existem corrimãos instalados em ambos os lados das escadas?				
3.4.2	Os corrimãos estão instalados na altura de 0,92 m do piso, medido da geratriz superior?				
3.4.3	Existe espaço livre entre a parede e o corrimão, no mínimo de 0,04 m?				
3.4.4	Os corrimãos são contínuos e possuem extremidades encurvadas afixadas à parede ou o chão?				
3.4.5	Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 0,30m antes do início e após o término da escada?				
3.4.6	Os corrimãos são feitos de material rígido?				

3.4.7	O corrimão permite boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular?				
4	BIBLIOTECA				
4.1	Área de circulação				
4.1.1	Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?				
4.1.2	Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?				
4.1.3	A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?				
4.1.4	A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m).				
4.1.5	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20 m?				
4.1.6	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento?				
4.1.7	As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
4.1.8	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
4.1.9	Em portas providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes estão instalados à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				

4.1.10	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas?				
4.1.11	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o fechamento da porta sobre as pessoas?				
4.1.12	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso? (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm).				
4.1.13	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso?				
4.1.14	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente?				
4.1.15	Caso haja alguma porta de vidro, está possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a existência desse elemento arquitetônico?				
4.1.16	Na existência de catraca ou porta giratória, há um acesso alternativo para pessoas com mobilidade reduzida?				
4.1.17	Por toda a biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?				
4.1.18	A organização interna dos espaços (<i>layout</i>) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vaivem, por exemplo?				
4.1.19	Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?				
4.1.20	A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20 m?				

4.1.21	O <i>layout</i> das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, com limitação visual, etc.?				
4.1.22	As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?				
4.1.23	Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?				
4.1.24	Existem desníveis com mais de 5 mm?				
4.1.25	Os desníveis de piso que estejam entre 5 mm e 15 mm são tratados em forma de rampa?				
4.1.26	Os desníveis superiores a 15 mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados?				
4.1.27	Existem escadas ou rampas na biblioteca?				
4.2	Escadas na biblioteca				
4.2.1	A largura mínima das escadas fixas é de 1,20 m?				
4.2.2	O piso das escadas é antiderrapante, firme, regular e estável?				
4.2.3	Os degraus são em paralelo?				
4.2.4	Os espelhos dos degraus são fechados?				
4.2.5	A profundidade dos degraus é maior que 0,28 m e menor que 0,32 m?				
4.2.6	Existe patamar sempre que há mudança de direção?				
4.2.7	Os patamares possuem dimensão igual a largura dos degraus?				
4.2.8	Os patamares são livres de obstáculos?				
4.2.9	O primeiro e último degraus de cada lance de escada estão a uma distância de no mínimo, 0,30 m da área de				

	circulação?				
4.2.10	As escadas têm lance máximo de 19 degraus?				
4.2.11	As escadas possuem guarda-corpos?				
4.2.12	O guarda-corpo possui altura mínima de 1,05 m?				
4.2.13	O guarda-corpo possui longarinas ou balaústres com afastamento máximo de 0,15 m entre eles?				
4.2.14	Existe sinalização indicando o número do pavimento na escada ou patamar?				
4.3	Rampas na biblioteca				
4.3.1	A largura mínima da rampa é 1,20 m?				
4.3.2	Existe patamar sempre que há mudança de direção?				
4.3.3	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão mínima de 1,20 m além da área de circulação adjacente?				
4.3.4	O piso da rampa e dos patamares é antiderrapante, firme, regular e estável?				
4.3.5	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%?				
4.3.6	Existem rampas curvas? (Observar inclinação transversal não excede 2%)				
4.4	Corrimãos na biblioteca				
4.4.1	Existem corrimãos instalados em ambos os lados das escadas?				
4.4.2	Os corrimãos estão instalados na altura de 0,92 m do piso, medido da geratriz superior?				
4.4.3	Existe espaço livre entre a parede e o corrimão, no mínimo de 0,04 m?				
4.4.4	Os corrimãos são contínuos e possuem extremidades				

	encurvadas afixadas à parede ou o chão?				
4.4.5	Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 0,30 m antes do início e após o término da escada?				
4.4.6	Os corrimãos são feitos de material rígido?				
4.4.7	O corrimão permite boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular?				
4.5	Acessibilidade do mobiliário				
4.5.1	Balcão de atendimento				
4.5.1.1	O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?				
4.5.1.2	No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90 m, apresenta altura de no máximo 0,90 m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?				
4.5.1.3	O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas).				
4.5.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, etc.?				
4.5.2	Mesas ou superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo				

4.5.2.1	Há pelo menos uma mesa adaptada para cadeirantes ou que esteja dentro da norma (com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,50 m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas e largura mínima de 0,80 m)?				
4.5.2.2	No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?				
4.5.2.3	As mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeiras de rodas, de baixa estatura?				
4.5.2.4	As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda).				
4.5.3	Estantes				
4.5.3.1	As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90 m de largura?				
4.5.3.2	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?				
4.5.3.3	A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de no máximo, 1,20 m de altura do piso?				
5	SANITÁRIOS				
5.1	Existem banheiros acessíveis na instituição?				
5.2	Há sanitários acessíveis para pessoas com deficiência no espaço da biblioteca?				
5.3	Os sanitários acessíveis existentes estão localizados dentro de uma rota acessíveis?				

5.4	Há sinalização identificando a localização dos sanitários no edifício?				
5.5	Há símbolo internacional de sanitários identificando o tipo de sanitário (feminino, masculino, familiar ou unissex)?				
5.6	Há barras de apoio nos sanitários?				
5.7	As barras têm diâmetro entre 3 cm e 4,5 cm?				
5.8	As barras estão afixadas a uma distância mínima de 4 cm a face interna da barra da parede?				
5.9	As barras estão afixadas a uma altura de 0,75 m do piso?				
5.10	As barras estão localizadas na lateral e no fundo da bacia sanitária?				
5.11	As barras tem comprimento mínimo de 0,80 m?				
5.12	As bacias sanitárias estão a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso (medidos da borda superior sem o assento)?				
5.13	Há uma área livre de aproximação com dimensões de 1,20 m x 0,80 m frontal a bacia sanitária?				
5.14	O acionamento da descarga está a no máximo 1 m do piso?				
5.15	Os lavatórios são suspensos permitindo a aproximação frontal por uma pessoa em cadeira de rodas?				
5.16	O lavatório tem altura entre 0,78 m e 0,80 m do piso, medido de sua borda superior?				
5.17	As torneiras dos lavatórios são acionadas por alavanca, sensor de movimento ou outro mecanismo equivalente?				
5.18	O piso dos banheiros é nivelado, antiderrapante, regular e estável?				
5.19	Os acessórios dos sanitários (toalheiro, descarga, cesto de lixo, espelho, saboneteira, etc.) estão dentro de uma faixa de alcance confortável, a uma altura de 0,80 m e 1,20 m do piso?				